

Bayport Financial Services Moçambique (MCB), SA
Demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

Índice

Informações gerais	3
Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração	4
Relatório dos Directores	5
Relatório do Auditor Independente.....	14
Demonstração de Resultados e de Outros Rendimentos Integrais	23
Demonstração da Posição Financeira.....	24
Demonstração das Variações no Capital Próprio.....	25
Demonstração dos fluxos de caixa	26
Informações relevantes sobre a política contabilística.....	27
Notas às demonstrações financeiras.....	40

Informações gerais

País de constituição e domicílio	Moçambique
Natureza do negócio e actividades principais	Prestação de serviços financeiros de retalho
Conselho de Administração	Grant Colin Kurland Bryan Arlow Bene Machatine Suzan Manungo Ivan Machava Nothando Ndebele Ranganai Mubaiwa
Endereço Comercial	Avenida 25 de Setembro Nº 1147, 3º Andar Maputo Moçambique
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd constituída na República da Maurícia
Bancos	Absa Bank Moçambique, S.A Access Bank Moçambique, S.A. Banco Comercial e de Investimentos, S.A. Banco de Investimento Global, S.A. Banco Nacional de Investimento, S.A. Vista Bank Moçambique "SU", S.A First National Bank Moçambique, S.A. Millennium BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A Moza Banco, S.A. Nedbank Moçambique, S.A. Standard Bank Moçambique, S.A
Auditores	Forvis Mazars - Sociedade de Contabilistas & Auditores Certificados, Lda. Edifício Maryah, Bairro Central, Rua 1.233, nº 81, 5º Andar. Maputo, Moçambique
Advogados	CGA Advogados Av. 24 de Julho No 7, 7 Andar Maputo Moçambique
Número de registo do Banco	100312530

Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a obrigação nos termos do Código Comercial de Moçambique, de manter registos contabilísticos adequados e é responsável pelo conteúdo e integridade das demonstrações financeiras e informações financeiras relacionadas, incluídas neste relatório. É da sua responsabilidade assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Microbanco no final do exercício financeiro e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa do período findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board, IASB na sigla Inglesa) Os Auditores externos estão envolvidos para expressar uma opinião independente sobre as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e baseiam-se em políticas contabilísticas adequadas aplicadas de forma consistente e apoiadas em julgamentos e estimativas razoáveis e prudentes.

A administração reconhece que é, em última instância, responsável pelo sistema de controlo interno, estabelecido pelo Banco e da considerável importância de manutenção de um forte ambiente de controlo. Para permitir que a administração cumpra com essas responsabilidades, ela define normas de controlo interno destinadas a reduzir o risco de erro ou perda tendo em consideração a relação custo-benefício. As Normas incluem a delegação adequada de responsabilidades no âmbito de uma estrutura claramente definida, procedimentos de contabilidade eficazes e segregação adequada de funções para assegurar um nível de risco aceitável. Esses controlos são monitorados em todo o Microbanco e todos os colaboradores são obrigados a manter os mais elevados padrões éticos na garantia de que a actividade do Banco seja conduzida de forma que, em todas as circunstâncias razoáveis, seja incorruptível. O foco da gestão de risco no Microbanco está na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco no Banco. Enquanto o risco operacional não pode ser totalmente eliminado, o Banco envida esforços para minimizá-lo, assegurando que a infraestrutura, controlos, sistemas e comportamento ético apropriados sejam aplicados e geridos no âmbito de restrições e procedimentos pré-determinados.

O Conselho de Administração é de opinião, com base na informação e explicações dadas pela Gestão, que o sistema de controlo interno proporciona uma garantia razoável de que se pode confiar nos registos financeiros para a preparação das demonstrações financeiras. Porém, qualquer sistema de controlo interno pode apenas proporcionar garantia razoável e não absoluta, contra distorções ou perdas materiais.

O Conselho de Administração reviu a previsão dos fluxos de caixa do Microbanco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e, de acordo com a mesma revisão e da posição financeira actual, está convicta de que o Microbanco tem ou teve acesso a recursos suficientes para a sua continuidade operacional num futuro previsível. O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Microbanco de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e não tem motivos para duvidar da capacidade do Microbanco poder continuar a operar segundo esse pressuposto no próximo exercício.

O auditor externo é responsável por auditar e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras do Microbanco de forma independente. As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor externo do Microbanco e o seu relatório é apresentado nas páginas 14 a 22.

As demonstrações financeiras apresentadas nas páginas 23 a 63, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de Março de 2025 e assinadas em seu nome por:

Conselho de Administração



Administrador Financeiro



Administrador Delegado

Relatório dos Directores

O Conselho de Administração tem a honra de apresentar o seu relatório sobre as demonstrações Financeiras do Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. (o "Microbanco" ou "Bayport") para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

1. Constituição

O Microbanco foi constituído em 19 de Julho de 2012 na República de Moçambique.

2. Natureza do Negócio

O Microbanco tem por objecto a prestação de serviços financeiros a retalho e a captação de depósitos. O Microbanco opera na República de Moçambique.

Não houve nenhuma outra alteração significativa à natureza da actividade do Microbanco relativamente ao exercício anterior.

Por que existimos: Nossa visão

A nossa visão é ser a marca de soluções financeiras mais valiosa nos mercados escolhidos, fornecendo uma ampla vasta gama de soluções financeiras exclusivas e relevantes, adaptadas às necessidades dos nossos clientes

Para alcançar este objectivo, o Bayport irá projectar uma nova realidade na prestação de serviços financeiros e será reconhecida por demonstrar consistentemente o mais alto padrão de atendimento, responsabilidade e inovação.

O Bayport será a primeira escolha para a satisfação das necessidades financeiras da população economicamente activa - trazendo esperança, elevação e libertação financeira para as comunidades que servimos.

O que aspiramos: Nossa missão

A missão do Bayport é fornecer soluções financeiras adequadas às necessidades de uma ampla e inclusiva base de clientes adoptando tecnologias, liderança de produtos e inovação, com o objectivo de se tornar o principal provedor de soluções financeiras para mercados em desenvolvimento.

Nossas crenças: Os nossos valores

Capacitação

Acreditamos na capacidade e na vontade de todas as pessoas de se fortalecerem e moldarem os seus próprios destinos, tendo em vista as oportunidades económicas e de auto-capacitação correcta e o acesso a soluções financeiras que mudam as suas vidas.

Acreditamos numa cultura empresarial capacitada, onde a família Bayport é incentivada a ser proactiva e dispõe de ferramentas e abordagem certas para cumprir a promessa da nossa marca.

Responsabilidade

Acreditamos no nosso dever de atender a cada um e todos clientes de modo a fornecermos um acesso responsável a produtos de risco, crédito e outras soluções financeiras.

Acreditamos no nosso papel como membro responsável das sociedades em que vivemos e prestamos serviços bem como a nossa responsabilidade para com o outro. Defendemos o mais alto padrão de integridade, cidadania empresarial e comportamento ético.

Inovação

Acreditamos na inovação que faça impacto e melhore a situação das pessoas em tecnologia e inovações de produtos que permitem relacionamentos significativos com os nossos clientes.

Acreditamos no espírito de empreendedorismo criativo, desafiando convenções e abraçando as lições que aprendemos.

Simplicidade

Estamos comprometidos em fazer e criar produtos simples. Simples de entender e que possam repercutir nos consumidores. Simples de promover sem o custo de confusão. Uma promessa de marca expressa da forma mais simples e directa possível.

2. Natureza do negócio (continuação)

A simplicidade deve ser o mecanismos de orientação relativamente a forma como abordamos os nossos clientes, elaboramos as nossas soluções e inovamos, como trabalhamos juntos, nos reunimos e tomamos decisões.

Parceria

Acreditamos no poder de construir relacionamentos duradouros com membros da família Bayport, clientes, comunidades e partes interessadas, com base na confiança e num profundo entendimento do que é importante para os mesmos.

Reconhecemos que os nossos parceiros locais e a administração local são os verdadeiros defensores da nossa marca e que a sua sabedoria local é fundamental para o sucesso.

Relevância

Acreditamos em nos colocar continuamente numa simples série de testes, questionando: "Se o que estamos a fazer é consistente com o modo de operar do Bayport e se..."

- ☐ é bom para o nosso cliente?
- ☐ agrega valor ou apoia a família Bayport?
- ☐ respeita o critério de custo-benefício?
- ☐ é sustentável?

Ao responder "Sim!" asseguramos que os serviços que prestamos são relevantes.

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e com os requisitos do Código Comercial de Moçambique. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente relativamente ao exercício anterior.

Todos os dados respeitantes a posição financeira, resultados das operações e os fluxos de caixa do Microbanco constam das demonstrações financeiras.

Economia

De acordo com a Oxford Economics, espera-se que o crescimento do PIB mundial aumente para 2,8% em 2025 e para 2,9% em 2026, após uma expansão estimada de 2,7% registada em 2024. No entanto, as perspectivas permanecem resilientes, apesar dos riscos crescentes devido à incerteza quanto à escala e ao calendário das alterações aos planos fiscais, tarifários e de migração dos EUA, à luz do recém-eleito Presidente dos Estados Unidos (EUA). A economia dos EUA está a ter um forte desempenho, e esperamos que esta resiliência continue graças aos sólidos fundamentos do consumo e do investimento. Continuamos cépticos quanto ao facto de as medidas em curso por parte dos decisores políticos chineses serem suficientes para evitar um novo abrandamento modesto do crescimento este ano. A actividade na Europa poderá ganhar algum ímpeto após o fraco desempenho em 2024, mas o panorama geral continua a ser de um crescimento relativamente fraco.

As previsões de base partem do princípio de que os EUA imporão direitos aduaneiros a um grupo seleccionado de economias, como a China, o México e o Canadá, dirigidos a sectores específicos, que deverão entrar em vigor por volta do final do corrente ano. Os efeitos adversos moderados destas medidas no crescimento serão inicialmente mais do que compensados por uma política orçamental mais flexível dos EUA. No entanto, os riscos continuam a inclinar-se para uma implementação mais extensa ou mais rápida das tarifas, mas as perspectivas de que as mudanças sejam um factor de mudança para o crescimento global permanecem baixas.

A nível interno, após as disputadas eleições de Outubro de 2024, eclodiram motins que se agravaram depois de o Conselho Constitucional ter confirmado a vitória do partido no poder em Dezembro. Os protestos tornaram-se violentos e as tensões agravaram-se em Dezembro de 2024, depois de o Tribunal Constitucional ter confirmado a vitória do partido no poder. Calcula-se que centenas de pessoas tenham morrido durante os protestos. O comércio foi paralisado durante alguns dos protestos, com algumas instalações a serem saqueadas. Felizmente, nenhuma das sucursais de Bayport foi afectada. Não se prevê a reabertura de algumas empresas devido à falta de fundos para a recapitalização. Prevê-se que as perturbações causadas pelos protestos afectem as taxas de inflação de 2025 do lado da oferta, bem como os fluxos de tesouraria do Estado através da redução da cobrança de impostos e das saídas de fundos recuperados.

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

Adicionalmente, em Dezembro de 2024, o ciclone Chido atingiu o norte de Moçambique e causou uma devastação significativa e destruição generalizada, com o número de mortos a totalizar aproximadamente 94 pessoas. Para além da perda de vidas, o ciclone Chido causou graves danos em infra-estruturas, incluindo casas, estradas e linhas eléctricas, particularmente nas províncias do litoral e do norte, ou seja, Cabo Delgado e Nampula. Felizmente, os balcões de Bayport não sofreram grandes danos. O impacto do ciclone agravou ainda mais a já frágil situação económica do país, na sequência da agitação política e dos desafios que tinham ocorrido anteriormente.

Ao longo do ano, a economia enfrentou uma grave escassez de divisas estrangeiras, que afectou especialmente as empresas com necessidades de importação devido à baixa liquidez no mercado interbancário, o que poderia levar à falência das empresas se não fosse resolvido. Entre os factores que contribuíram para esta situação contam-se os elevados custos de importação de combustíveis, devido ao aumento dos preços globais dos combustíveis, que esgotaram as reservas de divisas, e os desafios no repatriamento das receitas do turismo.

De acordo com o FMI, o crescimento real do PIB de Moçambique projetado para 2025 é de 4,3%, com uma taxa de inflação dos preços no consumidor projectada também de 4,3% para 2025; isto indica uma perspectiva de crescimento económico moderado para o país. Os factores de crescimento são essencialmente impulsionados pelo sector extractivo, em especial a produção de gás natural liquefeito (GNL) nas instalações offshore de Coral Sul. As preocupações prendem-se com os potenciais atrasos nos grandes projectos de GNL em construção, que poderão ter um impacto negativo no crescimento, juntamente com os riscos decorrentes dos choques climáticos e da situação de segurança na zona norte de Moçambique.

O Comité de Política Monetária (CPMO) reduziu continuamente as taxas de referência em 2024 e, em Dezembro de 2024, as alterações nas principais taxas foram as seguintes: a Taxa de Política Monetária (MIMO) diminuiu 500bps de 17,25% para 12,75% e a Prime Lending Rate (PLR) diminuiu 440bps de 24,10% para 19,70%.

Desempenho financeiro

A manutenção de um elevado rácio de reservas de caixa de 39% para os depósitos do metical teve como efeito a restrição da liquidez no mercado. O Bayport prosseguiu com um plano cauteloso de gestão eficaz da liquidez ao longo do ano, incluindo a manutenção de estratégias de contenção de custos até 2023, que garantiram que as despesas se destinavam principalmente a itens críticos para as suas operações. As vendas tiveram um arranque lento no início do ano, principalmente devido à mudança no modelo de vendas que foi implementado durante o primeiro trimestre do ano. No entanto, com a adaptação das operações comerciais às alterações introduzidas, as vendas começaram a melhorar no terceiro e quarto trimestres do ano. O impacto deste facto, no entanto, manteve as receitas de juros abaixo do previsto e teve um impacto nas margens de lucro durante o primeiro semestre do ano. O desempenho inferior das receitas de juros foi amortecido por despesas de juros mais baixas, principalmente devido à redução contínua das principais taxas de referência durante o ano. A manutenção de uma eficiência de cobrança saudável suscitou preocupações devido a atrasos nos pagamentos de salários por parte do Governo, o que, por sua vez, resultou em atrasos na receção das cobranças, mas esta situação melhorou durante o ano.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes (líquidos) registaram um aumento de 2,45%, o que se traduziu num aumento dos juros e outros proveitos similares de 1,09%. Os custos operacionais aumentaram 2,22%, principalmente devido ao aumento dos custos com o pessoal, em resultado do aumento líquido do número de efectivos e do aumento dos salários de base ajustados pela inflação. No entanto, foram, em geral, bem geridas com as estratégias de contenção de custos em vigor desde 2023.

As despesas de imparidade reduziram-se em 27%, de 408 milhões de Meticais em 2023 para 298 milhões de Meticais em 2024, devido à conclusão do processo de migração do MINT "Ministério do Interior" das VGs para o SISTAFE, juntamente com a taxa de recarga bem sucedida de mais de 95%, resultando na reversão de empréstimos.

Principalmente, em resultado da melhoria da despesa de imparidade e do aumento dos juros e outros rendimentos similares, o lucro após impostos aumentou 73,89%, passando dos 409 milhões de Meticais registados em 2023 para 711 milhões de Meticais.

Indicadores do desempenho financeiro

Rentabilidade	2024 (MZN)	2023 (MZN)
Juros e outros rendimentos similares	5,045,179,338	4,990,898,575
Rendimento líquido de juros	2,612,635,382	2,232,875,134
Serviços e comissões líquidas	(14,391,538)	(6,125,239)
Rendimentos operacionais	2,599,242,991	2,222,792,018
Gastos Operacionais	1,294,641,360	1,266,527,557
Gastos de imparidade	297,907,651	408,287,852
Lucro do exercício	710,961,512	408,852,244

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

Posição financeira

Empréstimos e adiantamentos a clientes (líquidos)	15,694,222,192	15,319,029,442
Depósitos de clientes	4,295,253,228	4,185,572,216
Capital próprio	5,099,901,390	4,675,136,448

Rácios

Margem de lucro líquida (lucro do exercício/(juros e rend. simil. e rend. Serv. e comissões)	14.13%	8.18%
Rentabilidade do capital próprio (lucro do exercício/média do cap. próprio)	14.55%	9.15%
Créditos improdutivos (NPL)/Empréstimos brutos	3.06%	2.75%

A margem de lucro líquida aumentou de 8,18% para 14,13%, principalmente devido à diminuição das despesas de imparidade e ao aumento das receitas líquidas de juros. A rentabilidade dos capitais próprios também aumentou de 9,15% para 14,55%, principalmente devido ao aumento do lucro após impostos

No que respeita à captação de depósitos, os depósitos de clientes do Bayport aumentaram 2,62%. No entanto, a Gestão não fez uma campanha agressiva de angariação de novos clientes, de modo a manter uma exposição mais baixa para gerir o impacto do elevado rácio de reservas de caixa. Para o efeito, os preços foram ainda mais reduzidos e alguns investidores em depósitos de clientes foram convidados a participar nas obrigações corporativas emitidas durante o ano, como alternativa aos seus investimentos em depósitos.

Recursos Humanos

Em Dezembro de 2024, o pessoal, incluindo os quadros, ascendia a 137 pessoas, por sexo da seguinte forma:

	2024	2023
Feminino	55	52
Masculino	82	78
Total	137	130

Registou-se um aumento líquido global do número de trabalhadores durante o ano.

O Bayport organizou vários programas de formação para os seus colaboradores, tanto a nível interno como de fornecedores externos. Durante o ano, foram ministradas as seguintes formações: Anti-Branqueamento de Capitais (AML), AML- Know Your Client, Estratégia Ambiental, Social e de Governação (ESG), Gestão de Riscos, Antifraude, Assédio Sexual, Proteção de Dados, Proteção do Consumidor, Formação ABC, Gestão de Clientes versus Gestão de Reclamações, Continuidade do Negócio, para formação interna, que foi realizada através da Plataforma de e-Learning Bayport Academy. Os colaboradores do Bayport também participaram em acções de formação externas sobre Gestão de Clientes versus Gestão de Reclamações, Sensibilização para a Fraude e Conhecimento do IFC para o Financiamento do Comércio de PME.

Ambiente, Social e Governação (ESG)

O Bayport está empenhado em gerar impactos sociais, ambientais e económicos positivos através das nossas actividades comerciais na nossa comunidade, no ambiente e nas partes interessadas. A nossa missão consiste em promover práticas responsáveis e éticas que contribuam para o bem-estar e a prosperidade das pessoas e dos locais que servimos:

- **Ambiental:** Reconhecendo a urgência dos desafios ambientais, estamos empenhados em minimizar a nossa pegada ecológica. Promovemos a gestão sustentável de resíduos sólidos, como a reciclagem de resíduos sólidos e a redução do consumo de plástico, avaliamos os riscos ambientais dos nossos fornecedores, desenvolvemos parcerias para iniciativas com impacto positivo no ambiente e incentivamos o financiamento ambiental e sustentável
- **Social:** Esforço para melhorar a vida dos indivíduos e das comunidades, apoiando iniciativas que promovam a educação, a saúde e a igualdade social. Isto é conseguido através da promoção e implementação do aumento da base de clientes do sexo feminino, doações de sangue, realização de sessões de educação financeira, melhoria das infra-estruturas escolares e das condições sanitárias, patrocínio de desportos sub-representados e subfinanciados, avaliação dos riscos sociais dos fornecedores, introdução de Títulos Sociais, cultura Bayport para colaboradores e programas de Voluntariado Bayport.
- **Governança:** Compreender o papel fundamental do tom no topo no que respeita às operações do Bayport e à gestão das relações com as partes interessadas. Por conseguinte, a Direção promove a transparência e a responsabilização, realizando apresentações financeiras e comerciais semestrais a mutuantes, investidores e outras partes interessadas, reuniões municipais para todos os trabalhadores, aumento do envolvimento das partes interessadas e aumento da diversidade de género no Conselho de Administração.

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

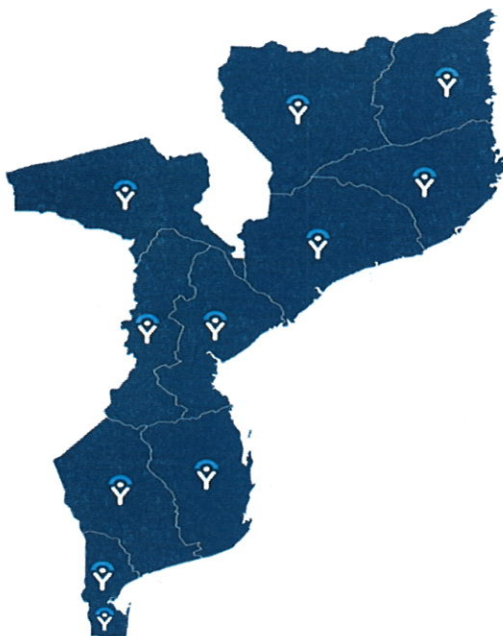
Ambiente, Social e Governação (ESG) (continuação)

Destaques das actividades ESG realizadas durante o exercício de 2024:

- O Bayport alcançou o nível Ouro da Certificação de Protecção do Cliente MFR realizada em 2023, tendo a Gestão do Micro-banco dedicado mais trabalho e dedicação para passar do nível Bronze obtido em 2022;
- Melhoria na diversidade de género dos clientes;
- Lançamento do portal Bayport Academy Moçambique para o público em geral, de forma gratuita, em Setembro de 2024, para promover a educação financeira. Foram também realizadas sessões de educação financeira em algumas escolas secundárias para os alunos finalistas;
- Promoção de iniciativas da CSI através do patrocínio de projectos sociais relacionados com a educação, o desporto e a assistência social, bem como de programas de voluntariado do Bayport que incentivaram a doação de sangue em todo o país, bem como de eventos de solidariedade;
- Foram alcançados os seguintes objectivos: i) Promoção da diversidade de género e do desgaste voluntário através de uma maior representação feminina; ii) As iniciativas culturais do Bayport resultaram em iniciativas de valorização dos trabalhadores que trouxeram benefícios adicionais para todos os trabalhadores; e iii) Maior envolvimento da entidade patronal com os trabalhadores através de reuniões municipais e de reuniões estratégicas;
- Reciclagem de resíduos e gestão e monitorização da eficiência dos recursos, o que resultou na celebração de um acordo de parceria para a reciclagem de resíduos, com uma redução mais visível do consumo de combustível, eletricidade e água.

Rede de Agências

O Bayport tem um total de 11 agências. As agências estão amplamente distribuídas, com pelo menos uma agência em cada província, reforçando a inclusão financeira. As 11 agências estão localizadas da seguinte forma:



3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

Gestão do Risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão do risco e pela definição do quadro de gestão do risco. A supervisão directa da gestão do risco é da responsabilidade do Comité de Risco e Conformidade ("CRC"). O CRC monitora os riscos associados ao crédito, reputacional, tecnologia de informação, operacional, conduta, conformidade, jurídico, estratégico, financeiro, taxa de juro, moeda estrangeira e liquidez. O CRC é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, a definição do apetite de risco e o monitoramento da gestão de risco do Microbanco. O Microbanco tem também um Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que é responsável pela gestão dos activos e passivos. O ALCO, que é composto por membros da direcção, reporta ao CRC.

Assumir riscos é essencial para o negócio financeiro e, portanto, o risco é uma consequência inevitável na realização de negócios. O objectivo do Microbanco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Microbanco.

Risco de Liquidez

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de maturidades e das taxas de juro de activos e passivos é fundamental para a gestão do risco de liquidez do Microbanco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Microbanco e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Risco de Taxa de Juro

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Microbanco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Microbanco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Microbanco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Microbanco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Microbanco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Gestão do Risco de Capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa. O Microbanco revê a estrutura de capital numa base regular. O Microbanco tem regulamentos que esboçam o montante de capital que todos o Microbanco devem possuir, principalmente, o rácio de solvabilidade de 8% para cobrir os activos ponderados. A fim de manter ou ajustar a estrutura de capital, o Microbanco pode ajustar o montante de dividendos pagos aos accionistas, devolver capital aos accionistas ou emitir novas acções. Consistente com outros no sector, o Microbanco também monitora o capital com base no rácio de endividamento.

No final do ano, o rácio de solvabilidade do microbanco situava-se em 24,38%, confortavelmente acima do limite mínimo.

Risco Cambial

O Microbanco está exposto ao risco cambial decorrente de várias exposições cambiais, principalmente através de empréstimos e contas a pagar e, saldos bancários em moeda estrangeira em dólares dos Estados Unidos. O Microbanco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. A entidade tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perda resultante de falhas nos sistemas, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar danos à reputação, implicações legais ou regulatórias, ou ainda levar a perdas financeiras. O Microbanco não pode eliminar totalmente os riscos operacionais, mas, através de um quadro de controlo e da monitoria e resposta a riscos potenciais, consegue gerir esses riscos. Os controlos incluem a segregação eficaz de funções, procedimentos de acesso, autorização e reconciliação, bem como a formação e avaliação contínua dos colaboradores.

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

Política anti-fraude

O Microbanco dispõe de um sistema de denúncias denominado Navex. Este sistema auxilia no fortalecimento da orientação do Microbanco para uma maior transparência e prevenção e/ou detecção de actividades fraudulentas ao nível das actividades.

4. Capital Social

Emitido	Capital social (MZN)	Percentagem do Capital Social (%)
Bayport Management Ltd	2,748,240,000	99.00
Whatana Investments	13,880,000	0.50
Outros particulares	13,880,000	0.50
Total	2,776,000,000	100.00

A nota 24 das demonstrações financeiras apresenta os detalhes do movimento do capital social emitido.

5. Dividendos

O Conselho de Administração decidiu declarar dividendos a partir dos resultados do exercício de 2024, no valor de 70% do lucro líquido avaliado em 497,673,058 de Meticais (2023: 286,196,570 de Meticais declarados, ainda não pagos).

6. Governança

A governação do microbanco é composta por um supervisor estatutário único e por um Conselho de Administração e respectivos comités. No final do ano, existiam quatro comités do Conselho de Administração, nomeadamente, o Comité de Auditoria, o Comité de Crédito, o Comité de Remunerações (REMCO) e o Comité de Risco e Conformidade. O Comité de Risco e Conformidade criou um subcomité, a saber, o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que se ocupa da gestão de activos e passivos.

Para a gestão corrente do microbanco, o Conselho de Administração delegou algumas das suas funções no Comité Executivo, que é presidido pelo Administrador Delegado.

6.1 Supervisor Estatutário Único

O Supervisor Único Estatutário do Microbanco é a Kreston Moçambique.

6.2 Mesa da Assembleia Geral

Edgar Baloi	Presidente
Daisy Nogueira (CGA)	Secretária do microbanco

6.3 Composição do Conselho de Administração

Os administradores do Microbanco durante o exercício e à data da aprovação das demonstrações financeiras eram os seguintes:

Grant Colin Kurland	Presidente	
Bene Machatine	Executivo	
Bryan Arlow*	Não-Executivo	
Helena Fernandes	Não-Executivo	Renunciou em 2024
Ivan Machava*	Não-Executivo	
Nothando Ndebele*	Não-Executivo	
Ranganai Mubaiwa	Executivo	
Suzan Manungo*	Não-Executivo	Nomeado em 2024

* Estes administradores foram devidamente nomeados pelos accionistas, mas aguardam a aprovação do Banco de Moçambique.

6. Governação (continuação)

6.2 Comité Executivo

À data da aprovação destas demonstrações financeiras, os membros do Comité Executivo eram os seguintes:

Comité Executivo

Bene Machatine
Ranganai Mubaiwa
Francisco Orlando

Administrador Delegado
Administrador Financeiro
Executivo Comercial e de Operações

7. Factos ocorridos após o período de relato

Os administradores têm conhecimento dos seguintes factos ocorridos após a data de relato e até à data do presente relatório:

- Revisão do Comité de Política Monetária (CPMO) das Reservas Obrigatórias de 39,0% para 29,0% e em moeda estrangeira de 39,50% para 29,50%, o que irá melhorar a liquidez do Bayport Moçambique.

8. Empresa mãe

A empresa mãe do Microbanco é a Bayport Management Ltd, constituída na República das Maurícias.

9. Auditores

Os auditores externos do Microbanco são a Forvis Mazars - Sociedade de Contabilistas & Auditores Certificados, Lda, nomeada em Dezembro de 2023, de acordo com o Decreto n.º 65/2011, de 21 de Dezembro de 2011.

10. Proposta de aplicação de lucros

Propõe-se o seguinte:

- Transferência para Reserva Legal - propõe-se a transferência para reserva legal de 213,288,454 de Meticais, representando 30% do lucro obtido em 2024, em cumprimento dos requisitos legais (nomeadamente a Lei 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020).
- Propõe-se ainda que o remanescente do lucro, no valor de 497,673,058 de Meticais, seja declarado como dividendos dos administradores.

As demonstrações financeiras constantes nas páginas 23 a 63, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade das operações, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de Março de 2025 e foram assinadas em seu nome por:



Grant Colin Kurland
(Presidente)



Bene Machatine
(Administrador Delegado)



Bryan Arlow
(Administrador não executivo)



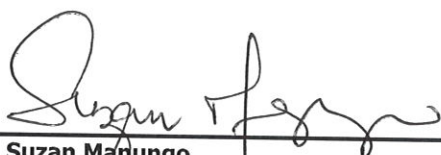
Ivan Machava
(Administrador não executivo)



Nothando Ndebele
(Administradora não executiva)



Ranganai Mubaiwa
(Administrador Financeiro)



Suzan Mapungo
(Administradora não executiva)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.** (de ora adiante também designado de “Microbanco” ou “Bayport”) Incluído nas páginas 23 a 63, que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2024, a Demonstração de resultados e Outros rendimentos integrais, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Microbanco em 31 de Dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* abaixo. Somos independentes do Microbanco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (*International Ethics Standards Board for Accountants*) e com os requisitos éticos relevantes para a Auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na Auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da Auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Perdas por imparidade da carteira de crédito concedido a clientes

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.4 das notas anexas às demonstrações financeiras (“Instrumentos financeiros”), as perdas por imparidade da carteira de crédito concedidos a clientes, registadas nas demonstrações financeiras, representam a melhor estimativa do Órgão de Gestão quanto às perdas implícitas na sua carteira de crédito. Estas imparidades são determinadas através de análise colectiva. As imparidades calculadas com base na análise colectiva são determinadas, considerando dados, pressupostos e estimativas, sujeitos a juízos de valor formados pelo Órgão de Gestão. Considerando a materialidade e natureza subjectiva das imparidades da carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.	Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes: • Avaliação e teste à concepção e eficácia operacional dos controlos instituídos no processo de quantificação das imparidades sobre a carteira de crédito do Microbanco. Estes controlos incluem aqueles relacionados com a identificação dos créditos em imparidade, os níveis de tolerância e os registos contabilísticos efectuados relativamente à imparidade quantificada da carteira de crédito a clientes; • Realização de testes substantivos ao modelo de imparidade do Microbanco, numa base de amostragem, com vista à revisão crítica do modelo instituído. Estes procedimentos de Auditoria incluíram a avaliação dos critérios e metodologia adoptados na determinação dos parâmetros de risco e da imparidade colectiva, recorrendo à extracção das informações utilizadas no modelo (<i>inputs</i>), reexecução dos cálculos e revisão da análise de sensibilidade efectuada pelo Microbanco, relativamente aos pressupostos críticos subjacentes. Esta revisão teve também como objectivo garantir

o alinhamento do modelo instituído com os requisitos da Norma Internacional de Relato Financeiro n.º 9 (IFRS 9); e

- Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Microbanco, relacionadas com esta matéria.

Partes relacionadas	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
A ISA 550 requer que um Auditor execute procedimentos de auditoria, por forma a obter informação relevante que lhe permita identificar riscos de distorção material associados à existência de Partes relacionadas e à identificação das respectivas transacções com essas Partes Relacionadas. Todas as transacções significativas com Partes Relacionadas fora do âmbito normal da actividade do Microbanco devem ser consideradas como apresentando risco significativo. Os saldos de Partes relacionadas, transacções com partes relacionadas e as Remunerações dos administradores e outro pessoal-chave da Gestão encontram-se divulgados na Nota 30 ("Partes relacionadas"). Considerando a materialidade e natureza dos saldos e transacções com Partes relacionadas, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.	Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados destacamos os seguintes: • Indagar a Gestão e outros órgãos relevantes no Microbanco sobre a identidade de partes relacionadas, a natureza das relações entre o Microbanco e as partes relacionadas, o tipo e propósito de transacções com partes relacionadas e sobre a existência de actividades de controlo estabelecidas pelo Órgão de gestão que permitam: (i) identificar, contabilizar e divulgar relações e transacções com partes relacionadas, de acordo com o referencial de relato financeiro aplicável; (ii) autorizar e aprovar as transacções significativas e aprovar transacções e acordos significativos com partes relacionadas; e (iii) autorizar e aprovar transacções significativas e acordos fora do âmbito normal da actividade • Inspeccionar registos ou documentos e permanecer sempre alerta para relações ou transacções com partes relacionadas não identificadas. Inspeccionar em particular os registos e documentos seguintes, para partes relacionadas que não

tenham sido identificadas ou divulgadas anteriormente: (i) confirmações recebidas das Partes relacionadas; (ii) confirmações recebidas de bancos e advogados; (iii) Actas de Assembleias Gerais de accionistas e dos encarregados da governação; e (iv) outros registos ou documentos considerados necessários nas circunstâncias particulares do Microbanco;

- Relativamente a transacções significativas com partes relacionadas fora do âmbito normal da actividade, inspeccionar os contractos ou acordos subjacentes e assegurar que as transacções foram apropriadamente autorizadas e aprovadas; e
- Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Microbanco, relacionadas com esta matéria.

Continuidade das Operações

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.1 das notas anexas às demonstrações financeiras (“Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa”), a Administração do Microbanco avaliou a capacidade do Microbanco no que concerne à continuidade das suas operações. Segundo o pressuposto da continuidade, uma entidade é geralmente vista como continuando a actividade no futuro previsível sem a intenção ou necessidade de liquidação, cessar operações, ou procurar protecção dos credores. Deste modo, os activos e passivos são registados no pressuposto de que a entidade será capaz de realizar os seus activos e liquidar os seus passivos no decurso normal da actividade. Considerando a importância e subjectividade da avaliação efectuada pelo Órgão de gestão, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.	Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados destacamos os seguintes: • Avaliação das actividades de controlo gerais instituídas no Microbanco; • Análise às actividades de controlo implementadas associadas ao processo de avaliação da Administração do Microbanco no que concerne à continuidade das suas operações, nomeadamente a existência ou não de segregação de funções; • Avaliação dos planos de acção do Órgão de Gestão e/ou documentação de suporte e concluir sobre a existência ou não de incerteza material ou se o uso do pressuposto da continuidade não é apropriado; • Revisão e avaliação do Plano de negócios do Microbanco e do respectivo Orçamento; • Obtenção e análise de documentação de suporte utilizada na preparação do Plano de negócios e do Orçamento do Microbanco; • Avaliação da documentação de suporte utilizada na preparação do Plano de negócios e do Orçamento

do Microbanco e se os pressupostos considerados nos documentos são realistas

- Solicitação de declarações escritas ao Órgão de gestão (e aos encarregados da governação) relativamente aos seus planos para acções futuras e sua viabilidade;
 - Consideração dos Relatórios do Regulador; e
 - Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Microbanco, relacionadas com esta matéria.
-

Outra informação

O Órgão de Gestão é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a informação incluída no documento intitulado "Relatório do Conselho de Administração". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de Auditoria nem qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Órgão de Gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Órgão de Gestão tenha a intenção de liquidar o Microbanco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Microbanco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com a ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Microbanco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Microbanco para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de Auditoria para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Microbanco descontinue as suas actividades.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- Declaramos ao Órgão de Fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

Forvis Mazars SCAC, Lda.

Sociedade de Auditores Certificados: 17/SCA/OCAM/2016

Representada por:

 **forvis
mazars**

Dipak Lalgi Lic. N.º 17/SCA/OCAM/2016

Auditor Certificado: 17/CA/OCAM/2012

Maputo, 6 de Março de 2025

Demonstração de Resultados e de Outros Rendimentos Integrais

Valores em Metical	Nota(s)	2024	2023
Juros e outros rendimentos similares	3	5,045,179,338	4,990,898,575
Juros e gastos similares	4	(2,432,543,957)	(2,758,023,441)
Rendimento líquido de juros		2,612,635,381	2,232,875,134
Rendimentos de serviços e comissões	5	97,440,957	90,901,228
Gastos com serviços e comissões	5	(111,832,495)	(97,026,467)
Serviços e comissões líquidas	5	(14,391,538)	(6,125,239)
Perdas de reavaliação cambial	6	(3,876,091)	(4,718,601)
Outros rendimentos integrais		5,773,874	1,937,448
Perdas de activos não correntes detidos para venda		(898,634)	(1,176,724)
Rendimentos operacionais		2,599,242,991	2,222,792,018
Imparidade de empréstimos e adiantamentos e créditos e contas a receber	12&31.1	(297,907,651)	(408,287,852)
Rendimentos operacionais líquidos		2,301,335,340	1,814,504,166
Gastos com o pessoal	7	(542,118,017)	(496,229,410)
Depreciações e amortizações	15&16&17	(105,926,949)	(126,350,597)
Outros gastos operacionais	8	(646,596,394)	(643,947,550)
Lucro antes de impostos		1,006,693,980	547,976,609
Imposto corrente	9.1	(272,343,098)	(109,611,772)
Imposto diferido	9.1	(23,389,370)	(29,512,593)
Lucro do exercício		710,961,513	408,852,244
Outros rendimentos integrais		-	-
Total do rendimento integral do exercício		710,961,513	408,852,244

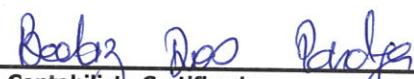

 Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração da Posição Financeira

Valores em Metical	Nota	2024	2023
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1,776,860,676	1,639,671,769
Depósitos em outras instituições financeiras	11	2,255,075,649	2,130,046,311
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12	15,694,222,192	15,319,029,442
Outros activos	13	41,907,804	49,900,304
Outros activos financeiros	14	6,960,302	6,960,302
Activos tangíveis	15	36,548,135	42,947,324
Activos sob direito de uso	16	48,359,778	74,957,428
Activos intangíveis	17	253,069,466	311,943,155
Activos por impostos correntes	9.2	-	138,527,412
Activos por impostos diferidos	9.3	3,296,318	3,349,520
Total de Activos		20,116,300,320	19,717,332,967
Passivos e Capital Próprio			
Passivos			
Depósitos de clientes	18	4,295,253,228	4,185,572,216
Outros passivos	20	1,104,811,801	667,078,218
Locação financeira	21	58,660,773	85,424,679
Empréstimos	22	8,142,486,931	8,608,761,203
Empréstimos dos accionistas	23	1,333,432,511	1,455,238,090
Passivos por impostos diferidos	9.3	63,458,282	40,122,113
Imposto corrente	9.2	18,295,404	-
Total dos Passivos		15,016,398,930	15,042,196,519
Capital próprio			
Capital Social	24	2,776,000,000	2,776,000,000
Reservas Legais	25	825,589,789	702,934,115
Lucros acumulados		1,498,311,601	1,196,202,333
Total do capital próprio		5,099,901,390	4,675,136,448
Total dos Passivos e do Capital Próprio		20,116,300,320	19,717,332,967


 Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração das Variações no Capital Próprio

Valores em Metical	Capital social	Depósito para ações	Total capital declarado	Reservas legais	Resultados transitados/ Perdas acumuladas	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	2,775,999,645	-	2,775,999,645	506,072,038	984,212,165	4,266,283,848
Emissão de ações	355	-	355	-	-	355
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	408,852,244	408,852,244
Transferência para reservas legais	-	-	-	196,862,077	(196,862,077)	-
Total de alterações	355	-	355	196,862,077	211,990,167	408,852,599
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	2,776,000,000	-	2,776,000,000	702,934,115	1,196,202,332	4,675,136,447
Emissão de ações	-	-	-	-	-	-
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	710,961,513	710,961,513
Transferência para reservas legais	-	-	-	122,655,674	(122,655,674)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(286,196,570)	(286,196,570)
Total de alterações	-	-	-	122,655,674	302,109,269	424,764,943
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	2,776,000,000	-	2,776,000,000	825,589,789	1,498,311,601	5,099,901,390

Nota

24

24

24

25


Contabilista Certificado



Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Valores em Metical	Nota(s)	2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Caixa utilizado em operações	26	3,261,550,812	3,585,902,753
Custos financeiros pagos		(2,437,748,018)	(2,510,911,075)
Imposto pago		(64,946,213)	(245,319,846)
Fluxos de caixa líquido utilizado em actividades operacionais		758,856,581	829,671,832
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de bens imóveis e equipamentos	15	(13,608,680)	(13,062,359)
Movimento em títulos	14	-	1,608,642,463
Aquisição de activos intangíveis	17	(986,675)	(9,144,410)
Alienação de activos tangíveis		1,520,000	3,437,124
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(13,075,355)	1,589,872,818
Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento			
Emissão de obrigações e de papel comercial	27	755,059,800	1,395,045,100
Reembolso de obrigações	27	(951,357,600)	-
Aumento de empréstimos	27	1,925,085,425	1,835,673,531
Reembolso de empréstimos - capital	27	(2,178,053,670)	(2,647,989,693)
Reembolso do empréstimo de accionistas	27	(4,650,642)	(458,892,227)
Passivo de locação - reembolso de capital	27	(17,233,526)	(24,316,191)
Passivos de locação - reembolso de juros	27	(12,412,768)	(16,961,026)
(Reembolso)/Recebimento de depósito para acções		-	355
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas actividades de financiamento		(483,562,981)	82,559,849
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		262,218,245	2,502,104,499
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3,769,718,080	1,267,613,581
Total de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28	4,031,936,325	3,769,718,080


 Contabilista certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Informações relevantes sobre a política contabilística

Informações sobre a empresa

O Bayport Financial Services Moçambique (MCB), SA, (doravante designado por "Bayport" ou "Microbanco") é uma instituição financeira privada constituída a 19 de Julho de 2012, com sede em Maputo, Moçambique. A empresa mãe é a Bayport Management Ltd, uma sociedade constituída nas Maurícias. O Microbanco dedica-se à concessão de empréstimos a particulares, particularmente a colaboradores no sector público.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e com as disposições do aviso 4/GBM/2007 de 30 de Março de 2007. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, excepto no que respeita à mensuração de certos instrumentos financeiros ao justo valor, e incorporam as principais políticas contabilísticas definidas abaixo. São apresentadas em Meticais.

Para efeitos de supervisão, o Bayport qualifica-se como um Microbanco que está sujeito à Lei 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020 e é supervisionado pelo Banco de Moçambique

A demonstração da posição financeira é apresentada por ordem decrescente de liquidez. A referência às maturidades correntes destes activos e passivos financeiros é divulgada no anexo à demonstração da posição financeira e na análise dos activos e passivos financeiros. As políticas contabilísticas são consistentes com as do ano anterior, excepto quando especificamente indicado em contrário.

1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza das estimativas

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF's requer que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que podem afectar a aplicação de políticas contabilísticas e os montantes reportados de activos, passivos, rendimentos e despesas. As estimativas e os pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis nestas circunstâncias. Estas formam a base para fazer julgamentos sobre os valores contabilísticos dos activos ou passivos que não são de outro modo imediatamente aparentes. Os resultados efectivos podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar tanto o período atual como os períodos futuros.

Foram identificados determinados princípios contabilísticos relativamente aos quais a direção aplicou um grau mais elevado de apreciação, que têm um efeito significactivo nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras, ou estimativas e pressupostos que têm um risco significactivo de causar um ajustamento material dos montantes escriturados de activos e passivos no próximo exercício financeiro. Por conseguinte, os resultados efectivos podem, por definição, diferir frequentemente das estimativas contabilísticas correspondentes. A utilização mais significativa de julgamentos e estimativas é pormenorizada a seguir:

Continuidade das actividades

A direcção do microbanco avaliou a sua capacidade de prosseguir as suas actividades e está convencida de que dispõe dos recursos necessários para continuar a operar num futuro previsível. Tendo em conta a violência pós-eleitoral, a instabilidade política relacionada com o novo governo que está atualmente em funções após os resultados eleitorais altamente contestados, a Administração considera que as operações do Bayport não serão significativamente afectadas, como demonstrado. Além disso, a Direcção não tem conhecimento de quaisquer incertezas materiais que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade do Microbanco para prosseguir a sua actividade. Por conseguinte, as demonstrações financeiras continuam a ser preparadas no pressuposto da continuidade das actividades.

Vidas úteis e valores residuais dos activos

Os activos fixos tangíveis são amortizados durante a sua vida útil, tendo em conta os valores residuais, se for caso disso. A vida útil real dos activos e os valores residuais são avaliados no final de cada exercício financeiro e podem variar em função de vários factores. Na reavaliação da vida útil dos activos, são tidos em conta factores como a inovação tecnológica, os ciclos de vida dos produtos e os programas de manutenção.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Microbanco com base em regras fiscais. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva, podendo resultar em diferentes interpretações. Nestes casos, os valores contabilísticos resultam do melhor entendimento do Microbanco sobre o enquadramento adequado das suas operações, o qual poderá ser questionado pelas autoridades fiscais. As autoridades fiscais têm o direito de rever a situação fiscal do Microbanco por um período de até 5 (cinco) anos, o que poderá resultar em eventuais ajustamentos devido a uma diferente interpretação e/ou incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente, Contribuição Industrial, IRT, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza das estimativas (continuação)

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Microbanco está sujeito. Não se espera que eventuais correções à matéria coletável declarada em resultado destas revisões tenham um efeito material nas demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis no futuro contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são estimados com base em planos orçamentais que incluem estimativas e pressupostos relativos ao crescimento económico, juros, inflação, taxas de imposto e forças competitivas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados no balanço não podem ser mensurados com base em cotações em mercados activos, o seu justo valor é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados destes modelos são obtidos com base na informação disponível em mercados observáveis sempre que possível, mas quando tal não é viável, é necessário recorrer em alguma medida de julgamento para determinar o justo valor. Os julgamentos incluem considerações sobre factores como o risco de liquidez, o risco de crédito e a volatilidade. As alterações dos pressupostos relativos a estes factores podem afetar o justo valor dos instrumentos financeiros.

Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registados usando a abordagem prescrita na NIRF 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, caso em que serão aplicados os requisitos específicos contidos na NIRF 9. Esta abordagem exige a provisão de perdas de crédito esperadas em vez de perdas de crédito incorridas, tal como exigido pela NIC 39. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de muitos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e prospectivas), alterações estruturais nas indústrias, alterações nas circunstâncias individuais dos clientes e outros factores externos, tais como requisitos legais, especificações regulamentares e alterações de políticas governamentais.

Na origem dos activos financeiros, serão fornecidas imparidades medidas com base nas perdas de crédito esperadas a 12 meses. As imparidades mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida serão fornecidas em activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As imparidades mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida também serão fornecidas em activos financeiros que estejam com imparidade de crédito.

Locações de acordo com a NIRF 16

Os julgamentos críticos efectuados na aplicação da NIRF 16 incluem a identificação dos contratos de locação e a razoabilidade na determinação do exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão.

1.2 Activos tangíveis

Os Activos tangíveis são activos tangíveis que o Microbanco detém para seu próprio uso ou para alugar a terceiros e que se espera que sejam utilizados durante mais de um ano.

O custo de um activo tangível é reconhecido como um activo quando:

- ☐ é provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluam para o Microbanco; e
- ☐ o custo do item pode ser mensurado com fiabilidade.

Os activos fixos tangíveis são inicialmente mensurados pelo seu custo.

Os custos incluem os custos incorridos inicialmente para adquirir ou construir um item de activo fixo tangível e os custos incorridos subsequentemente para adicionar a, substituir parte de, ou prestar assistência ao mesmo. Se um custo de substituição for reconhecido na quantia escriturada de um activo tangível, a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida.

Os activos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

Os activos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil prevista até ao seu valor residual estimado.

1.2 Activos tangíveis (continuação)

A vida útil dos itens de activos tangíveis foi avaliada da seguinte forma:

Item	Vida útil média
Mobiliário de escritório	5 anos
Viaturas	4 anos
Mobiliário de escritório	5 anos
Equipamento informático	3 anos
Obras em edifícios arrendados	Durante o prazo previsto da locação

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação de cada activo são revistos no final de cada período de relato. Se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a alteração é contabilizada como uma alteração de estimativa contabilística.

Cada parte de um item do activo fixo tangível com um custo que seja significativo em relação ao custo total do item é depreciada separadamente.

O custo de depreciação de cada período é reconhecido nos lucros ou prejuízos a menos que seja incluído na quantia escriturada de outro activo.

São efectuados testes de imparidade aos activos tangíveis quando existe um indicador de que podem estar em imparidade. Quando a quantia escriturada de um activo tangível é avaliado como sendo superior à quantia recuperável estimada, uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente nos lucros ou prejuízos para alinhar a quantia escriturada com a quantia recuperável.

Desreconhecimento de activos tangíveis

Um activo tangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo tangível apurado como sendo a diferença entre a quantia pela qual o item foi alienado, Se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído na demonstração de resultados quando o activo é desreconhecido.

1.3 Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido quando:

- ☐ é provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para a entidade; e
- ☐ o custo do activo pode ser mensurado com fiabilidade.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo seu custo.

Os activos intangíveis são registados ao custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade.

Considera-se que um activo intangível tem uma vida útil indefinida quando, com base em todos os factores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual se espera que o activo gere fluxos de caixa líquidos. Estes activos intangíveis não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade anual e sempre que exista uma indicação de que o activo possa estar em imparidade. Para todos os outros activos intangíveis, a amortização é efectuada numa base linear ao longo da sua vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos activos intangíveis são revistos no final de cada período.

Reavaliar a vida útil de um activo intangível com uma vida útil finita depois de ter sido classificado como indefinido é um indicador de que o activo pode estar em imparidade. Como resultado, o activo é testado quanto à imparidade e a quantia escriturada remanescente é amortizada durante a sua vida útil.

As marcas geradas internamente, os cabeçalhos, os títulos de publicações, as listas de clientes e itens semelhantes em substância não são reconhecidos como activos intangíveis.

A amortização é reconhecida numa base linear ao longo das vidas úteis estimadas. As vidas úteis estimadas e o método de amortização são revistos no final de cada período de relato, sendo o efeito de quaisquer alterações na estimativa contabilizado numa base prospectiva:

Item	Vida útil média
Software informático	3 - 10 anos

1.3 Activos intangíveis (continuação)

Um activo intangível é desreconhecido na alienação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros do uso ou da alienação. O ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível, medido como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e a quantia escriturada do activo, é reconhecido nos lucros ou prejuízos quando o activo é desreconhecido.

1.4 Instrumentos financeiros

Classificação

O Microbanco classifica os activos financeiros e os passivos financeiros nas seguintes categorias:

- ☐ Activos financeiros ao custo amortizado
- ☐ Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- ☐ Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Microbanco pode fazer uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que de outra forma seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados para apresentar alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. Este investimento não é detido para negociação nem constitui uma contrapartida contingente.

Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se satisfizer ambas as condições seguintes e não for designado como justo valor através dos lucros ou prejuízos:

- ☐ O activo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é deter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- ☐ Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida.

Avaliação do modelo de negócios

O Microbanco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócio em que um activo é detido ao nível da carteira, uma vez que esta reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e a informação é fornecida à gestão. A informação considerada inclui:

- ☐ as políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da gestão se centra na obtenção de receitas de juros contratuais, na correspondência entre a duração dos activos financeiros e os passivos que financiam esses activos ou na realização de fluxos de caixa através da venda dos activos;
- ☐ a forma como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à direcção do Microbanco;
- ☐ os riscos que afectam o desempenho do modelo empresarial (e os activos financeiros detidos no âmbito desse modelo empresarial) e a forma como esses riscos são geridos;
- ☐ a frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras. A informação sobre a atividade de vendas é considerada como parte da avaliação global da forma como o objetivo declarado do Microbanco para a gestão dos activos financeiros é alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de capital e de juros

Para efeitos desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. "Juro" é definido como a retribuição pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante de capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos do empréstimo (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como pela margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas o pagamento de capital e juros, o Microbanco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém uma cláusula contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Microbanco considera:

- ☐ A taxa de juros cobrada aos clientes;
- ☐ A comissão de originação e a comissão de serviço cobradas aos clientes;
- ☐ Quaisquer outros montantes cobrados aos clientes (se existirem);
- ☐ Eventos contingentes que mudariam a quantia e o calendário dos fluxos de caixa;
- ☐ Características de alavancagem;
- ☐ Termos de pagamentos antecipados e de extensão;
- ☐ Termos que limitam a reivindicação do Microbanco aos fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, regime de activos sem recurso); e
- ☐ características que modificam a consideração do valor temporal do dinheiro (por exemplo, a reposição periódica das taxas de juro).

1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Os activos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado incluem caixa e depósitos no Banco Central, depósitos noutras instituições financeiras, outros activos e empréstimos e adiantamentos.

Se o teste do modelo de negócio/SPPI não for cumprido, o activo financeiro será classificado como justo valor através dos lucros ou prejuízos

Reconhecimento inicial e mensuração

O Microbanco reconhece inicialmente os activos e passivos financeiros na data em que o Microbanco se torna uma parte das disposições contratuais dos instrumentos. Isto é, na data em que estes instrumentos financeiros são originados.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, conforme apropriado, no reconhecimento inicial.

O Microbanco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias após o reconhecimento inicial. Os activos financeiros são reclassificados apenas se o Microbanco alterar o seu modelo de negócio para a gestão de activos financeiros. De acordo com a NIRF 9:

- ☐ Os passivos financeiros nunca podem ser reclassificados; e
- ☐ Os activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócio.

Mensuração subsequente

Instrumentos de capital próprio designados como justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI)

Os investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como FVTOCI são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor com os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas.

As quantias reconhecidas em outro rendimento integral não são reclassificadas para os lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância; em vez disso, serão transferidas para resultados retidos em caso de alienação.

Custo amortizado

Os activos financeiros classificados ao custo amortizado são mensurados utilizando o método do juro efetivo, deduzido de quaisquer perdas de crédito esperadas que são reconhecidas nos resultados. O custo amortizado é calculado tendo em conta os eventuais custos de transação na aquisição, bem como as comissões e os custos que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro para a quantia escriturada bruta de um activo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos com imparidade de crédito, a Empresa estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito esperadas. Para os activos com imparidade de crédito, é calculada uma taxa de juro efectiva ajustada ao crédito utilizando os fluxos de caixa estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas. O cálculo da taxa de juro efectiva inclui custos de transação e comissões que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transação incluem custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo ou passivo financeiro.

As comissões de originação são consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva e são contabilizadas como juros e outros proveitos similares.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia de imparidade adequada.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente medidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo.

Desreconhecimento

Os activos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando o Microbanco realiza os direitos aos benefícios especificados no contrato, os direitos expiram, o activo é substancialmente modificado ou o Microbanco entrega ou perde o controlo dos direitos contratuais que compõem o activo financeiro. No momento do desreconhecimento, a diferença entre o valor contabilístico do activo financeiro e os proveitos a receber (incluindo qualquer novo activo obtido) é incluída na demonstração do rendimento integral.

Os passivos financeiros (ou uma parte deles) são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira. No momento do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro, incluindo os custos não amortizados relacionados, e a quantia paga pelo mesmo é incluída na demonstração do rendimento integral.

1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Imparidade de activos financeiros

Aumento significactivo do risco de crédito

Ao determinar se o risco de inadimplência de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Microbanco considera informações razoáveis e suportáveis que sejam relevantes e disponíveis sem custos e esforços indevidos. O Microbanco utilizou a presunção refutável de 30 dias de atraso para identificar um aumento significactivo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Risco de crédito

O Microbanco monitoriza o risco de crédito dos mutuários utilizando informações qualitativas e quantitativas, tais como o número de dias em atraso e a recência. Os dias em atraso representam o número de dias em que a prestação contratual está vencida e a recência é calculada com base no histórico de pagamentos mais recente dos empréstimos. A definição de incumprimento utilizada na mensuração das perdas de crédito esperadas é consistente com a definição de incumprimento utilizada para efeitos da nossa gestão interna do risco de crédito. A política da direção é utilizar a recência para avaliar o estado de incumprimento de um empréstimo, em vez dos dias de atraso, devido aos elevados níveis de administração e aos atrasos concomitantes associados aos descontos nos salários. A definição interna de incumprimento é utilizada em vez da presunção de 90 dias da NIRF 9.

Definição de incumprimento

O Microbanco considera que as seguintes situações constituem um evento de incumprimento para efeitos de gestão interna do risco de crédito, uma vez que a experiência histórica indica que os activos financeiros que cumprem um dos seguintes critérios não são geralmente recuperáveis:

- ☐ em caso de incumprimento dos acordos financeiros pelo devedor; ou
- ☐ informações desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas indicam que é improvável que o devedor pague a totalidade dos seus credores, incluindo o Microbanco, (sem ter em conta quaisquer garantias detidas pelo Microbanco).

Independentemente da análise acima, o Microbanco considera que existe incumprimento quando um activo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

Activos financeiros com imparidade de crédito

Em cada data de reporte, o Microbanco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro está em imparidade de crédito quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo no futuro estimado dos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro tenham ocorrido.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- ☐ dificuldades financeiras significativas do emitente ou do mutuário;
- ☐ uma violação do contrato, como um incumprimento ou um atraso no pagamento;
- ☐ o(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com a dificuldade financeira do mutuário, ter(em) concedido ao mutuário uma ou mais concessões que o(s) mutuante(s) não consideraria(m) de outra forma;
- ☐ se torna provável que o mutuário entre em falência ou noutro tipo de reorganização financeira;
- ☐ o desaparecimento de um mercado activo para um título devido a dificuldades financeiras.

Política de abate

O Microbanco anula um activo financeiro quando existe informação que indica que o devedor se encontra em graves dificuldades financeiras e não existe uma perspectiva realista de recuperação, por exemplo, quando o devedor foi colocado em liquidação ou entrou em processo de falência, ou no caso de créditos comerciais, quando os montantes estão vencidos há mais de dois anos, consoante o que ocorrer primeiro. Os activos financeiros abatidos podem ainda ser sujeitos a actividades de execução no âmbito dos procedimentos de recuperação do Microbanco, tendo em conta o aconselhamento jurídico quando apropriado. As recuperações efectuadas são reconhecidas em resultados.

Mensuração e reconhecimento das perdas de crédito esperadas

O Microbanco reconhece provisões para perdas para perdas de crédito esperadas nos seguintes activos financeiros:

- ☐ Empréstimos e adiantamentos; e
- ☐ Clientes e outras contas a receber.

As imparidades são medidas como perdas de crédito esperadas de 12 meses aquando da origem. Nos casos em que se tenha verificado um aumento significactivo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de um activo financeiro, a provisão para perdas é mensurada como um montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida.

1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

As provisões para perdas relativas a contas a receber comerciais e outras são sempre mensuradas por um montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida.

As perdas de crédito esperadas a 12 meses são a parte das perdas de crédito esperadas que resultam de eventos de incumprimento num instrumento financeiro, que são possíveis no período de 12 meses após a data de relato.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada da probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ☐ Activos financeiros sem imparidade de crédito à data de reporte - como o valor atual de todos os fluxos de caixa em falta (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Microbanco de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Microbanco espera receber);
- ☐ Activos financeiros com imparidade de crédito à data de relato - como a diferença entre a quantia bruta escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira como uma dedução da quantia bruta escriturada do activo financeiro.

O Microbanco classifica o empréstimo em 3 diferentes estágios com base na recapitalização e nos dias de atraso da seguinte forma:

NIRF 9 Atribuição de fases	Recência	Definição de recência
12 meses - ECL - O risco de crédito não aumentou significativamente visto que o reconhecimento inicial é baixo	Desempenho padrão	Nenhuma prestação em falta (NIRF 9 Estágio 1).
Cálculo da perda esperada (ECL)-ECL- Sem imparidade de Crédito. O risco de crédito aumentou significativamente visto que o reconhecimento inicial e o risco de crédito não é baixo.	Desempenho activo (1-2)	Empréstimos de desempenho parcial que, nos últimos quatro períodos consecutivos analisados, falharam as duas últimas prestações esperadas, mas pagaram uma ou ambas as duas últimas prestações vencidas. Este é um grupo de transição, sendo a maioria desses empréstimos indicativos de separação da folha de pagamento e com probabilidade de passar para grupo de Créditos de cobrança duvidosa ou improdutos (NPLs), mas é necessário mais tempo e análise para confirmar essa avaliação. (NIRF 9 Estágio 2).
	Desempenho activo (3-4)	Empréstimos de desempenho parcial que, nos últimos quatro períodos consecutivos analisados, falharam as duas últimas prestações esperadas, mas pagaram uma ou ambas as duas últimas prestações vencidas. Este é um grupo de transição, sendo a maioria desses empréstimos indicativos de separação da folha de pagamento e com probabilidade de passar para grupo de Créditos de cobrança duvidosa ou improdutos (NPLs), mas é necessário mais tempo e análise para confirmar essa avaliação. (NIRF 9 Estágio 2).
Cálculo da perda esperada (ECL) para o tempo de vida - Credito com imparidade - O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e perda por imparidade de crédito nos empréstimos.	Crédito Improdutivo	Os empréstimos que foram revistos durante os últimos quatro períodos consecutivos, falharam as quatro prestações previstas. (NIRF 9 Estágio 3).
	Crédito de cobrança duvidosa	Empréstimos inadimplentes onde a probabilidade de recuperação é incerta e a separação da folha de pagamento foi confirmada, bem como os empréstimos com imparidade de crédito, que foram identificados para Write-Off de créditos (abate ao activo) sujeitas a aprovação do Conselho de Administração. (NIRF 9 Estágio 3).

1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Consultar a nota 31 sobre gestão e medição do risco de crédito.

- Dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- Uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- Torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Cientes e outros devedores

Contas a receber são mensuradas no reconhecimento inicial pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. Provisões adequadas para montantes incobráveis estimados são reconhecidas nos lucros ou prejuízos quando houver evidência objectiva de que o activo está em imparidade. Dificuldades financeiras significativas do devedor, a probabilidade que o devedor entrará em falência ou a reorganização financeira e o incumprimento ou o relaxe nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber está em imparidade. A imparidade reconhecida é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva calculada no momento do reconhecimento inicial.

A quantia escriturada do activo é reduzida através do uso de uma conta de provisão, e o montante da perda é reconhecido nos lucros ou prejuízos em gastos operacionais. Quando uma conta a receber for incobrável, ela é abatida face à conta de imparidade para contas a receber. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Cientes e outras contas a receber são classificadas como activos financeiros ao custo amortizado.

Fornecedores e outros credores

Contas a pagar são inicialmente mensuradas pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro na mão e depósitos à ordem e outros investimentos altamente líquidos de curto prazo que são prontamente conversíveis numa quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Os mesmos são inicialmente e posteriormente registados pelo justo valor.

Descoberto e empréstimos

Descobertos e empréstimos são inicialmente mensurados pelo justo valor e são posteriormente mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Compensação

Passivos e activos financeiros são compensados e o valor líquido reportado na demonstração da posição financeira, quando houver um direito legalmente exequível para compensar os montantes reconhecidos e houver uma intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.5 Imposto

Activos e passivos por impostos correntes

Impostos correntes para períodos correntes e anteriores são, na medida que não estiverem pagos, reconhecidos como um passivo. Se o valor já pago em relação aos períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso é reconhecido como um activo.

Passivos/(activos) por impostos correntes para o exercício corrente e períodos anteriores são mensurados pelo valor previsto a ser pago às / (recuperado das) autoridades tributárias, usando as taxas, fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Activos e passivos por impostos diferidos

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto na medida em que o passivo por impostos diferidos resultar a partir do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, a qual no momento da transacção, não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

1.5 Imposto (continuação)

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Um activo por impostos diferidos não é reconhecido quando resulta do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transação no momento da transação, não afecta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para o reporte de prejuízos fiscais não utilizados e créditos (STC) não utilizados, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e os créditos (STC) não utilizados possam ser utilizados.

Activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com as taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis ao período quando o activo for realizado ou o passivo for liquidado, com base em taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Os activos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legal de compensar activos e passivos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando estes estão relacionados com impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal e o microbanco pretende liquidar os seus activos e passivos fiscais correntes numa base líquida.

Gastos com impostos

Impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou gasto e incluídos no lucro ou prejuízo do exercício, excepto na medida em que o imposto decorre de uma transacção ou acontecimento que é reconhecido, no mesmo ou num período diferente em outro rendimento integral.

Imposto sobre o valor acrescentado

O imposto sobre o valor acrescentado é reconhecido como parte dos custos de aquisição do activo ou parte dos custos, conforme aplicável.

1.6 Locações

No início de um contrato, o Microbanco avalia se um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento. Um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento se o contrato transmite o direito de controlar a utilização de um bem identificado durante um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato confere o direito de controlar a utilização de um bem identificado, o Microbanco avalia se:

- O contrato envolve o uso de um activo identificado - isto pode ser especificado explícita ou implicitamente, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substancial, então o activo não é identificado;
- O Microbanco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do activo durante todo o período de utilização; e
- O Microbanco tem o direito de controlar o uso do activo. O Microbanco tem este direito quando tem os direitos de decisão que são mais relevantes para mudar como e para que finalidade o activo é utilizado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é pré-determinada, o microbanco tem o direito de controlar o uso do activo se qualquer um deles:
 - O Microbanco tiver o direito de operar o activo; ou
 - O Microbanco concebeu o activo de uma forma que predetermina como e com que finalidade o activo é utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Microbanco atribui a contrapartida do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços autónomos relativos. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios em que é locatário, o Microbanco optou por não separar os componentes que não sejam de locação e contabilizar os componentes de locação e os que não sejam de locação como um único componente de locação.

Como locatário

O Microbanco reconhece um direito de uso do activo e um passivo de locação na data de início da locação. O direito de uso do activo inicialmente mensurado pelo custo, que compreende o montante inicial do passivo do contrato de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação efectuados na data de início ou antes dessa data, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para dismantelar e remover o activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou o local onde este se encontra, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O activo relativo do direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método das quotas constantes desde a data de início até ao primeiro dia do fim da vida útil do activo do direito de uso ou ao fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos activos do direito de uso são determinadas na mesma base que as dos bens e equipamentos. Além disso, o direito de uso do activo é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se houver, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

1.6 Locações (continuação)

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor actual dos pagamentos da locação que não são no início descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa de empréstimo incremental do Microbanco. Em geral, o Microbanco utiliza a sua taxa de empréstimo incremental como a taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo, pagamentos fixos em espécie;
- Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou a taxa na data de início;
- Montantes que se esperam que sejam pagos ao abrigo de uma garantia de valor residual; e
- O preço de exercício de uma opção de compra que o Microbanco tenha a certeza razoável de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Microbanco tiver a certeza razoável de exercer uma opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Microbanco tenha a certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrente de uma alteração num índice ou taxa, se existir uma alteração na estimativa do Microbanco do montante que se espera que seja pagável sob uma garantia de valor residual, ou se o Microbanco altera a sua avaliação sobre se irá exercer uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, um ajuste correspondente é feito na quantia escriturada do activo sob direito de uso, ou é registrado no lucro ou prejuízo se a quantia escriturada do activo tiver sido reduzida a zero.

O Microbanco apresenta activos de direito de uso que não se enquadram na responsabilidade de investimento em "activos tangíveis" e passivos de locação financeira na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Microbanco optou por não reconhecer o direito de uso de activos e passivos por locação financeira para locações de curto prazo com prazo igual ou inferior a 12 meses e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamento informático. O Microbanco reconhece os pagamentos associados a estes contratos de locação como um gasto numa base linear ao longo do prazo de locação.

1.7 Imparidade de activos e outros activos financeiros

O Microbanco avalia no final de cada período de reporte se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

Independentemente de haver qualquer indicação de imparidade, o Microbanco também:

- Testa activos intangíveis com vida útil indefinida ou activos intangíveis ainda não disponíveis para o uso para perda por imparidade ao valor recuperável anualmente, comparando a quantia escriturada com o seu valor recuperável. Este teste de imparidade é realizado numa base anual e para todos os períodos de relato.

Se houver qualquer indicação de que um activo possa estar em imparidade, a quantia recuperável é estimada para o activo particular. Se não for possível estimar a quantia recuperável do activo particular, é determinada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A quantia recuperável de um activo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Se a quantia recuperável de um activo for menor do que a quantia escriturada, esta é reduzida à sua quantia recuperável. Essa redução é uma perda por imparidade.

A perda por imparidade de activos registados pelo custo menos qualquer depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em gastos. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de uma perda por imparidade de activos registados pelo custo menos depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em ganhos. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização.

1.8 Capital social e capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia interesses residuais nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

1.8 Capital social e capital próprio (continuação)

Acções ordinárias são classificadas como capital próprio.

Acções ordinárias são reconhecidas pelo valor nominal e classificadas como 'capital social' no capital próprio. Todos os montantes recebidos da emissão de acções que excedem o valor nominal são classificados como 'prémio de emissão' no capital próprio. Os dividendos são reconhecidos como um passivo no momento em que os mesmos são declarados.

1.9 Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como custo assim que se vencem.

O Microbanco faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

1.10 Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando:

- O Microbanco tiver uma obrigação presente como resultado de um evento passado;
- For provável que uma saída de recursos que incorpora benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- A obrigação pode ser estimada com fiabilidade.

O montante da provisão é o valor presente das despesas que se esperam ser necessárias para liquidar a obrigação.

Na situação em que se espera que algumas ou todas as despesas necessárias para liquidar uma provisão sejam reembolsadas por outra parte, o reembolso será reconhecido quando, e somente quando, estiver praticamente certo que o reembolso será recebido caso a entidade liquide a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um activo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deverá exceder o montante da provisão.

Provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras.

Se uma entidade tiver um contrato que é oneroso, a obrigação presente nos termos do contrato será reconhecida e mensurada como uma provisão.

Uma obrigação construtiva de reestruturação surge apenas quando uma entidade:

- Tem um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
 - O negócio ou parte de um negócio em causa;
 - Os principais locais afectados;
 - A localização, função e número aproximado de empregados que serão compensados pela cessação de seus serviços;
 - Os gastos que serão realizados; e
 - Quando será implementado o plano.
- Suscitou uma expectativa válida naqueles afectados de que realizará a reestruturação implementando esse plano ou anunciando as suas principais características aos afectados por eles.

Após o reconhecimento inicial, os passivos contingentes reconhecidos em combinações de negócios que são reconhecidos separadamente são subsequentemente mensurados segundo o:

- Valor que seria reconhecido como provisão; e
- Valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada.

Activos e passivos contingentes não são reconhecidos. Contingências são divulgadas na Nota 29.

1.11 Rédito

Política geral

O rédito é reconhecido no momento da transferência do controlo de produtos ou serviços prometidos aos clientes num valor que reflecta a contraprestação que o Microbanco espera receber em troca desses produtos ou serviços. O rédito é reconhecido líquido de provisões para devoluções e impostos cobrados aos clientes.

O rédito inclui taxas de prestação de serviços a clientes, cobrança de dívidas e encargos financeiros sobre empréstimos.

Rendimentos de juros

Os juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva.

É calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva a quantia escriturada bruta de um activo financeiro, excepto para:

- Activos financeiros em imparidade adquiridos ou originados. Para esses activos financeiros, o Microbanco aplica a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo financeiro desde o reconhecimento inicial;
- Activos financeiros que não foram adquiridos ou originados de activos financeiros em imparidade, mas que posteriormente se tornaram activos financeiros em imparidade. Para esses activos financeiros, o Microbanco aplica a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro em períodos de relato subsequentes.

A taxa de juro efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Microbanco estima os fluxos de caixa previstos, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todos os pontos e comissões pagos ou recebidos entre as partes no contrato que são parte integrante da taxa de juros efectiva, os custos de transacção e de todos os outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para a quantia escriturada bruta de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro que é um activo financeiro comprado ou originado com imparidade de crédito. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Microbanco estima os fluxos de caixa esperados, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas.

Rendimentos de serviços e comissões

O Microbanco obtém rendimentos de serviços e comissões através dos serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias como se segue:

Comissões que são, cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

As comissões obtidas pelos serviços prestados durante um período de tempo são acumuladas durante esse período. Estas comissões incluem as receitas de comissões cobradas pela prestação de serviços como o seguro de garantias bancárias e de cartas de crédito.

Receitas de honorários provenientes da prestação de serviços de transacções

As taxas são reconhecidas como rédito quando um acto significativo tiver sido realizado.

1.12 Custos diferidos

Custos diferidos são custos originados por empréstimos. Estes são reconhecidos ao longo do prazo do empréstimo usando o método da taxa de juro efectiva.

1.13 Custos de empréstimos obtidos

Custos de empréstimo que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável são capitalizados como parte do custo desse activo até que o activo esteja pronto para o uso pretendido. O montante dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização é determinado da seguinte forma:

- Custos de empréstimos reais em fundos especificamente considerados como empréstimo com o objectivo de obter um activo qualificável menos qualquer investimento temporário desses empréstimos;
- Média ponderada dos custos de empréstimos aplicáveis à entidade sobre os recursos geralmente emprestados com a finalidade de obter um activo qualificado. Os custos de empréstimos capitalizados não excedem o total dos custos incorridos.

1.13 Custos de empréstimos obtidos (continuação)

A capitalização dos custos de empréstimos inicia quando:

- As despesas do activo foram incorridas;
- Os custos de empréstimos foram incorridos, e
- Quando as actividades que são necessárias para preparar o activo para seu uso pretendido ou venda estão em curso.

A capitalização é suspensa durante períodos prolongados em que o desenvolvimento activo é interrompido.

A capitalização cessa quando, substancialmente, todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para seu uso ou venda pretendido são concluídas.

Todos os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

1.14 Conversão de moedas estrangeiras

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas, no reconhecimento inicial, em Meticais, pela aplicação à quantia de moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transacção.

No final de cada período de relato:

- Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos usando a cambio de fecho;
- Itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio à data da transacção; e
- Itens não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos usando as taxas de câmbio à data quando o justo foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial, durante o período ou nas demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas em resultado e no período em que as mesmas surgem.

Quando o ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é reconhecido em noutro rendimento integral e acumulado no capital próprio. Quando um ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em resultados, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é, igualmente, reconhecido nos lucros ou prejuízos.

Fluxos de caixa decorrentes de transacções em moeda estrangeira são registados em Meticais pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre o Metical e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa.

1.15 Partes relacionadas

Partes relacionados são indivíduos e empresas que têm a capacidade de directa ou indirectamente, controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras e operacionais. Transacções e saldos com partes relacionadas encontram-se divulgados nas notas às demonstrações financeiras

Notas às demonstrações financeiras

2. Novas normas e interpretações

No presente exercício, o Microbanco aplicou todas as Normas novas e revistas e interpretações conforme emitidas pelo IASB e pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) do IASB que são relevantes para as suas operações e efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2024.

2.1 Normas e interpretações novas e revistas antecipadamente adoptadas no presente exercício

As seguintes Normas e Interpretações relevantes foram aplicadas nestas demonstrações financeiras. No entanto, não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, mas podem ter impacto nas contas de transacções ou acordos futuros.

- NIC 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - alterações relativas à classificação da dívida com covenants
- NIRF 16 Locações - alterações para clarificar a forma como um vendedor-locatário mensura subsequentemente as transacções de venda e relocação financeira
- NIRF 7 Instrumentos financeiros: Divulgações - Alterações relativas a acordos de financiamento de fornecedores
- NIC 7 Demonstração dos fluxos de caixa - Alterações relativas a acordos de financiamento de fornecedores

2.2 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não efectivas

À data de autorização destas demonstrações financeiras, as seguintes Normas e Interpretações relevantes foram emitidas, mas em vigor no período anual em ou após as respectivas datas conforme indicado:

- NIC 21 Efeito de Alterações em Taxas de Câmbio - clarificação sobre a falta de permutabilidade e divulgações adicionais exigidas quando a taxa de câmbio requer uma estimativa (em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025)
- NIRF 7 Instrumentos financeiros: Divulgações - Alterações relativas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (em vigor a partir de 1 de janeiro de 2026)
- NIRF 9 Instrumentos financeiros: Alterações relativas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (em vigor a partir de 1 de janeiro de 2026)
- NIRF 14 Contas de diferimento regulamentares
- NIRF 18 Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras - Emissão original (em vigor a partir de 1 de janeiro de 2027)
- NIRF 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações - Emissão original - (em vigor a partir de 1 de janeiro de 2027)

Os Administradores antecipam que estas alterações serão aplicadas nas demonstrações financeiras anuais do Microbanco para os períodos anuais com início nas respectivas datas, como indicado acima. Os administradores ainda não avaliaram o impacto potencial da aplicação destas alterações.

3. Juros e outros rendimentos similares

	2024	2023
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	4,798,922,687	4,748,823,320
Juros bancários e de títulos de investimento	246,256,651	242,075,255
Total de juros e rendimentos similares	5,045,179,338	4,990,898,575

4. Juros e gastos similares

	2024	2023
Juros das obrigações e papéis comerciais	899,435,167	782,459,065
Juros de empréstimos e descobertos bancários	866,544,149	1,138,721,026
Juros de empréstimos dos accionistas	8,630,769	166,958,264
Juros de contratos de locação financeira	12,412,768	16,961,026
Juros de depósitos de clientes	645,521,104	652,924,060
Total de juros e gastos similares	2,432,543,957	2,758,023,441

5. Serviços e comissões líquidas

	2024	2023
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	97,440,957	90,901,228
Gastos com serviços e comissões		
Gastos com serviços e comissões	(111,832,495)	(97,026,467)
Serviços e comissões líquidas	(14,391,538)	(6,125,239)

6. Perdas de reavaliação cambial

	2024	2023
Diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis		
Diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis	(3,876,091)	(4,718,601)

7. Gastos com o pessoal

	2024	2023
Os gastos com o pessoal são como segue:		
Remunerações aos trabalhadores	534,162,402	488,482,098
Contribuição para o INSS	7,955,615	7,747,312
Total dos gastos com o pessoal	542,118,017	496,229,410

8. Outros gastos operacionais

	2024	2023
Impostos e direitos pagos - imposto de selo	1,581,903	2,007,635
Honorários Profissionais	378,535,885	385,773,215
Deslocações estadias	38,749,434	41,418,557
Comunicações	5,184,584	6,056,963
Aluguer de exploração*	98,927	55,887
Publicidade	2,518,692	2,446,883
Combustível	2,828,989	3,574,040
Despesas de Representação	576,320	470,371
Seguros	4,324,478	4,895,415
Multas e penalidades	7,920,659	1,749,804
Segurança de instalações	6,465,268	6,465,268
Impressão e material de escritório	10,299,803	10,050,411
Manutenção e reparação	3,491,821	3,338,001
Outros	184,019,631	175,645,100
Total de outras despesas operacionais	646,596,394	643,947,550

Os custos de leasing operacional consistem em arrendamentos de activos de baixo valor e arrendamentos com uma duração igual ou inferior a 12 meses que não são contabilizados ao abrigo da NIRF 16 divulgações. Estes incluem espaço de aluguer para geradores e taxas de condomínio.

9. Impostos sobre o rendimento

9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

	2024	2023		
Imposto corrente				
Em relação ao exercício corrente	221,769,031	80,171,060		
Em relação ao exercício anterior	-	(16,996,395)		
Imposto sobre o rendimento retido na fonte	50,574,067	46,437,107		
Total do imposto corrente	272,343,098	109,611,772		
Impostos diferidos				
Em relação ao exercício corrente	25,128,018	29,780,617		
Em relação ao exercício anterior	(1,738,648)	(268,024)		
Total de impostos diferidos	23,389,370	29,512,593		
Despesa total de imposto sobre o rendimento reconhecida no ano corrente	295,732,468	139,124,365		
Reconciliação de gastos com impostos	2024	2023		
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		1,006,693,980		547,976,609
Imposto sobre o rendimento à taxa aplicável	32.00%	322,142,074	32.00%	175,352,515
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	2.89%	29,070,267	6.31%	34,558,842
Encargos dedutíveis	-12.88%	(129,443,310)	-23.68%	(129,740,297)
Tributação		221,769,031		80,171,060
Imposto corrente em relação ao exercício anterior		-		(16,996,395)
Imposto sobre o rendimento retido na fonte		50,574,067		46,437,107
Total do imposto corrente		272,343,098		109,611,772
Taxa de imposto efectiva		27,05%		20,00%

9.2 Activos e passivos por impostos correntes

	2024	2023
Activos por impostos correntes	-	138,527,412
Impostos a pagar	(18,295,404)	-
	(18,295,404)	138,527,412
Em 1 de Janeiro	138,527,412	2,819,338
Imposto pago	64,946,214	198,882,739
Imposto corrente para o ano reconhecido na demonstração de resultados	(221,769,032)	(80,171,060)
Despesas fiscais correntes relativas ao ano anterior	-	16,996,395
Em 31 de Dezembro	(18,295,404)	138,527,412

9.3 Activos e passivos por impostos diferidos

Segue-se a análise dos activos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira:

	2024	2023
Activos por impostos diferidos		
NIRF 16 - Direito de Uso	3,296,318	3,349,520
Total de Activos por impostos diferidos	3,296,318	3,349,520
Discriminação dos passivos por impostos diferidos		
Deduções de capital aceleradas para efeitos fiscais	(63,397,653)	(39,359,131)
Diferenças Cambiais não realizadas	(60,629)	(762,982)
Total dos passivos por impostos diferidos	(63,458,282)	(40,122,113)
Activos e passivos por impostos diferidos	(60,161,964)	(36,772,593)
Reconciliação dos activos por impostos diferidos		
Em 1 de Janeiro	(36,772,593)	(7,260,001)
Subsídios de capital acelerados	(24,038,521)	(27,761,274)
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	702,352	520,602
NIRF 16 - Direito de Uso	(53,202)	(2,271,920)
Em 31 de Dezembro	(60,161,964)	(36,772,593)

Os activos por impostos diferidos relacionados com as perdas fiscais não realizadas foram totalmente utilizados para compensar os rendimentos imputáveis durante o ano.

10. Caixa e depósitos no Banco Central

	2024	2023
Activos correntes		
O caixa e os depósitos no Banco Central são os seguintes:		
Caixa		
Dinheiro em caixa	5,801	-
Depósitos no Banco Central		
Moeda local	1,776,854,875	1,639,671,769
Total dos depósitos no Banco Central	1,776,854,875	1,639,671,769
Total Caixa e depósitos no Banco Central	1,776,860,676	1,639,671,769

Os saldos detidos junto do Banco Central de Moçambique satisfazem as suas exigências de manutenção de reservas de caixa suficientes. O requisito mínimo de reserva de caixa era de 1,580,509,708 de Meticais em 31 de Dezembro de 2024 (31 de Dezembro de 2023: 1,573,255,674 de Meticais). As regras em vigor em 31 de Dezembro de 2024, conforme especificado na Circular n.º 02/EMO/2023 do Aviso 01/GBM/2023 do Banco Central, estabelecem que as instituições financeiras têm de depositar um saldo médio de 39% em moeda nacional e 39,50% em moeda estrangeira dos depósitos dos seus clientes no final de cada período de cálculo (2023: 39% e 39,50%, respetivamente). Não são auferidos juros sobre estes saldos de reservas junto do Banco Central de Moçambique.

11. Depósitos em outras instituições financeiras

	2024	2023
Activos correntes		
Depósitos noutras instituições financeiras consistem em:		
Dinheiro móvel		
Dinheiro móvel disponível	5,132,894	3,106,158
Saldos em depósitos bancários		
Moeda nacional	2,249,808,276	2,126,805,845
Moeda estrangeira	134,479	134,308
Total de saldos em depósitos bancário	2,249,942,755	2,126,940,153
Total de depósitos em outras instituições financeiras	2,255,075,649	2,130,046,311

12. Empréstimos e adiantamentos a clientes

	2024	2023
Montante bruto dos empréstimos	16,604,189,935	16,377,926,117
Despesas diferidas	735,656,944	701,253,118
Rendimentos diferidos	(500,082,466)	(698,457,077)
Provisão para imparidade	(1,145,542,221)	(1,061,692,716)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15,694,222,192	15,319,029,442
Provisão para imparidade		
Em 1 de Janeiro	1,061,692,716	897,429,388
Imparidade líquida reconhecida em resultados	315,529,497	513,150,477
Utilização das imparidades	(231,679,992)	(348,887,149)
Em 31 de Dezembro	1,145,542,221	1,061,692,716
Activos não correntes	13,268,550,000	13,028,760,232
Activos correntes	2,425,672,192	2,290,269,210
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15,694,222,192	15,319,029,442

Consultar a nota 31.1 para informações sobre os riscos de crédito.

Na data de referência, os valores abaixo indicados representam empréstimos e contas a receber de administradores executivos e não executivos:

Empréstimos e contas a receber - administradores executivos	1,527,875	1,426,485
Empréstimos e contas a receber - administradores executivos	1,527,875	1,426,485

13. Outros Activos

	2024	2023
Despesas pré-pagas	18,868,302	15,552,293
Outros devedores	23,039,502	34,348,011
Total de outros activos	41,907,804	49,900,304
Os outros devedores decompõem-se como segue		
Adiantamentos aos trabalhadores	29,513	427,056
Depósitos de caução	2,185,119	2,112,086
Devedores diversos	20,824,870	31,808,868
Total de outros devedores	23,039,502	34,348,011
Devedores diversos incluem:		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	9,763,090	9,542,133
Outros	11,061,780	22,266,735
Total de outros devedores	20,824,870	31,808,868

14. Outros activos financeiros

Em 31 Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o Microbanco tinha os seguintes investimentos:

		2024	2023
Tipo de investimento			
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14.1	6,960,302	6,960,302
Activos financeiros ao custo amortizado	14.2	-	-
		6,960,302	6,960,302
Saldo inicial		6,960,302	1,615,602,766
Adições		5,255,442,177	5,561,433,737
Vencido		(5,255,442,177)	(7,170,076,201)
Em 31 de Dezembro		6,960,302	6,960,302

14.1 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Empresa	Tipo	Participação (%)	Número de acções	Valor (MZN)
Sociedade Interbancária de Moçambique	Participação	0.50	63,275	6,327,548
Taxa de registo		-	-	632,754
		0.50	63,275	6,960,302

Em Setembro de 2018, o Microbanco adquiriu uma participação de 0,5% na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO).

O investimento não é detido para negociação. Assim, os administradores do microbanco optaram por designar esse investimento em instrumentos capital próprio pelo valor justo através de outro rendimento integral.

O investimento representa 0,5% na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) no que respeita ao licenciamento da SIMO que presta serviços de pagamento a bancos e a outras instituições de crédito. O investimento é contabilizado pelo seu custo, uma vez que o seu justo valor não pode ser medido de forma fiável.

14.2 Activos financeiros ao custo amortizado

Os Bilhetes do Tesouro fazem parte da carteira de activos líquidos do Microbanco, nos termos do Regulamento do Banco de Moçambique sobre Rácio de Liquidez (Aviso 14/GBM/2017). A estratégia do Microbanco é investir em títulos que tenham, a partir da data do investimento, maturidades não superiores a um ano. No entanto, a direcção decidiu que não haveria Bilhetes do Tesouro em circulação no final de 2024 e 2023 para evitar elevadas imparidades decorrentes da descida da notação de crédito soberano de Moçambique durante o ano.

15. Activos tangíveis

Custo	Mobiliário e acessórios	Veículos a motor	Equipamento de escritório	Equipamento informático	Melhorias no arrendamento	Activo em construção	Total
Em 1 de Janeiro 2023	30,190,683	49,798,824	42,307,745	84,426,331	66,245,629	2,102,116	275,071,329
Adições	-	5,100,000	801,052	3,736,199	3,425,108	-	13,062,359
Alienações	(5,759,564)	(9,088,312)	(15,319,650)	(22,258,497)	-	(964,805)	(53,390,828)
Transferências	-	-	-	-	1,137,311	(1,137,311)	-
Em 1 de Janeiro de 2024	24,431,119	45,810,512	27,789,147	65,904,034	70,808,048	-	234,742,862
Adições	363,540	-	1,295,736	913,385	3,009,383	8,026,636	13,608,680
Alienações	-	(6,800,000)	-	(1,318,801)	-	-	(8,118,801)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2024	24,794,659	39,010,512	29,084,883	65,498,618	73,817,431	8,026,636	240,232,741
Depreciação acumulada							
Em 01 de Janeiro de 2023	27,002,690	29,565,888	36,309,931	66,702,211	51,237,362	-	210,818,082
Amortização do exercício	1,884,865	5,837,147	2,383,029	9,675,649	9,973,743	-	29,754,433
Alienações	(5,481,495)	(7,068,301)	(15,123,938)	(21,103,245)	-	-	(48,776,979)
Em 1 de Janeiro de 2024	23,406,060	28,334,734	23,569,022	55,274,615	61,211,105	-	191,795,536
Amortização do exercício	504,209	4,819,566	1,923,168	6,966,617	3,984,279	-	18,197,838
Alienações	-	(5,250,208)	-	(1,058,561)	-	-	(6,308,769)
Em 31 de Dezembro de 2024	23,910,269	27,904,092	25,492,190	61,182,671	65,195,384	-	203,684,606
Quantia escriturada líquida							
Em 31 de Dezembro de 2024	884,390	11,106,420	3,592,693	4,315,947	8,622,047	8,026,636	36,548,135
Em 31 de Dezembro de 2023	1,025,059	17,475,778	4,220,125	10,629,419	9,596,943	-	42,947,324

16. Activo de direito de uso

O Microbanco arrenda edifícios para as suas operações. A informação sobre as locações para os quais o Microbanco é locatário, é apresentada abaixo:

Custo	Locação de espaço	Total
Em 01 de Janeiro de 2023	235,784,364	235,784,364
Adições	131,993,483	131,993,483
Modificações	(118,674,514)	(118,674,514)
Em 01 de Janeiro de 2024	249,103,333	249,103,334
Adições	5,881,961	5,881,961
Modificações	(4,610,865)	(4,610,865)
Em 31 de Dezembro de 2024	250,374,430	250,374,430
Depreciação acumulada		
Em 01 de Janeiro de 2023	142,124,028	142,124,028
Amortização do exercício	32,021,877	32,021,877
Cessação do Contrato de Locação	-	-
Em 01 de Janeiro de 2024	174,145,905	174,145,906
Amortização do exercício	27,868,747	27,868,747
Cessação do Contrato de Locação	-	-
Em 31 de Dezembro de 2024	202,014,652	202,014,652
Quantia escriturada líquida		
Em 31 de Dezembro de 2024	48,359,778	48,359,778
Em 31 de Dezembro de 2023	74,957,428	74,957,428

16.1 Montante reconhecido nos lucros ou prejuízos

	2024	2023
Juros de contratos de locação financeira	12,412,768	16,961,026
Amortização de um activo locado	27,868,747	32,021,877
Modificações e despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	467,802	(16,988,932)
	40,749,317	31,993,971

16.2 Montante reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa

	2024	2023
Passivo de Locação - capital	17,233,526	24,316,191
Passivos de locação - juros pagos	12,412,768	16,961,026
	29,646,294	41,277,217

17. Activos intangíveis

Custo	Software informático	Activo em desenvolvimento	Total
Em 01 de Janeiro de 2023	556,460,457	23,996,781	580,457,238
Adições	-	9,144,410	9,144,410
Transferências	-	-	-
Em 01 de Janeiro de 2024	556,460,457	33,141,191	589,601,648
Adições	730,800	255,875	986,675
Transferências	9,144,410	(9,144,410)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	566,335,667	24,252,656	590,588,323
Depreciação acumulada			
Em 01 de Janeiro de 2023	213,084,205	-	213,084,205
Amortização do exercício	64,574,288	-	64,574,288
Em 01 de Janeiro de 2024	277,658,493	-	277,658,493
Amortização do exercício	59,860,364	-	59,860,364
Em 31 de Dezembro de 2024	337,518,857	-	337,518,857
Quantia escriturada líquida			
Em 31 de Dezembro de 2024	228,816,810	24,252,656	253,069,466
Em 31 de Dezembro de 2023	278,801,964	33,141,191	311,943,155

18. Depósito de clientes

Os depósitos de clientes são principalmente compostos por depósitos a prazo.

	2024	2023
Empresas		
Depósitos a prazo	1,816,343,141	2,482,671,750
Contas correntes	28,644,832	70,720,995
Clientes individuais		
Depósitos a prazo fixo	2,157,114,967	1,561,994,101
Contas correntes	293,150,288	70,185,370
Depósito total de clientes	4,295,253,228	4,185,572,216
Análise de maturidade		
Passivo corrente		
Depósitos a prazo	2,152,534,346	2,404,273,830
Contas correntes	321,795,120	140,906,365
Total do passivo corrente	2,474,329,466	2,545,180,195
Passivos não correntes		
Depósitos a prazo	1,820,923,762	1,640,392,021
Contas correntes	-	-
Total dos passivos não correntes	1,820,923,762	1,640,392,021
Depósito total de clientes	4,295,253,228	4,185,572,216

19. Recursos de instituições de crédito

O Microbanco possui dois contratos de descoberto bancário no valor de 140,958,334 de Meticais com outras instituições financeiras e têm maturidades de um ano. Nenhum saldo a reportar a 31 de Dezembro de 2024 (2023: Nulo).

20. Outros passivos

Passivos correntes

	2024	2023
Contas a pagar	640,014,278	412,932,797
Dividendos a pagar	286,196,570	-
Imposto retido na fonte a pagar	80,974,132	174,806,644
Credores diversos e acréscimos de gastos	97,626,821	79,338,777
Total de outros passivos	1,104,811,801	667,078,218

21. Locação financeira

	2024	2023
Análise de maturidade		
Até 1 ano	32,503,060	39,627,874
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	44,912,676	78,457,739
Mais de 5 anos	-	-
	77,415,736	118,085,613
menos: encargos financeiros futuros	(18,754,963)	(32,660,934)
Total dos passivos de locação atualizados em 31 de Dezembro	58,660,773	85,424,679
Valor actual dos pagamentos mínimos da locação devidos		
Dentro de um ano	23,794,625	25,923,756
Do segundo ao quinto ano inclusive	34,866,148	59,500,923
Valor presente dos pagamentos mínimos das locações	58,660,773	85,424,679
Passivos não correntes	34,866,148	59,500,923
Passivo corrente	23,794,625	25,923,756
	58,660,773	85,424,679

22. Empréstimos

	2024	2023
Detidos a custo amortizado		
Obrigações corporativas	3,786,134,620	3,953,625,948
Papéis Comerciais	393,218,889	435,776,805
Empréstimos a prazo	4,020,763,647	4,291,147,081
Custos de transacção	(57,630,225)	(71,788,631)
	8,142,486,931	8,608,761,203

(i) As Obrigações Corporativas têm datas de vencimento que variam entre Março de 2025 e Outubro de 2028.

(ii) Os Papéis Comerciais têm vencimento em Setembro de 2025.

(iii) Os Empréstimos a Prazo têm datas de vencimento que variam entre Abril de 2025 e Abril de 2028

	2024	2023
Passivos não correntes		
Ao custo amortizado	4,561,265,767	5,762,707,864
Passivos correntes		
Ao custo amortizado	3,581,221,164	2,846,053,339
Total de empréstimos	8,142,486,931	8,608,761,203

O Bayport está obrigado a cumprir os acordos financeiros relativos aos seus empréstimos a prazo, que são comunicados mensal e trimestralmente, em conformidade com os acordos contratuais. Os acordos financeiros incluem limiares mínimos e máximos que não devem ser violados. Em caso de incumprimento dos acordos financeiros, os mutuantes reservam-se o direito de exigir a liquidação imediata do saldo em dívida, pelo que o direito de diferir a liquidação da parte não corrente por mais 12 meses após a data do relatório está sujeito à sua capacidade de cumprir estes acordos. Em 31 de Dezembro de 2024, o Bayport cumpria com todos os seus acordos financeiros e, como tal, classificou o valor de 1,997,039,325 de Meticais dos Empréstimos a Prazo como não corrente.

23. Empréstimos dos accionistas

	2024	2023
Empréstimos dos accionistas	1,138,278,933	1,142,929,575
Honorários Profissionais	195,153,578	312,308,515
	1,333,432,511	1,455,238,090
Análise de maturidade		
Passivos não correntes	1,138,278,933	1,142,929,575
Passivo corrente	195,153,578	312,308,515
	1,333,432,511	1,455,238,090

(i) Os empréstimos pendentes da Bayport Management Ltd são denominados em Meticais. Em Janeiro de 2015, foi concedido um empréstimo a 10 anos em USD no valor de USD 22,500,000, com juros a uma taxa fixa de 4% ao ano. USD 10,5 milhões deste financiamento foram subsequentemente convertidos em capital e o saldo restante foi convertido num empréstimo em Meticais com a aprovação dos accionistas. Em Janeiro de 2017, foi concedida um financiamento adicional de USD 45 milhões a uma taxa fixa de 4% ao ano. O montante utilizado deste empréstimo denominado em USD foi totalmente liquidado em 2022. A 31 de Dezembro de 2024, continuavam disponíveis para uso USD 11,495,526 (2023: USD 11,495,526).

(ii) Os honorários profissionais são cobrados a 1,5% dos adiantamentos brutos a partir de Novembro de 2016.

24. Capital social

	Capital social	Depósito para acções	Total
Em 01 de Janeiro de 2023	2,775,999,645	-	2,775,999,645
Outras Componentes de Capital Próprio	-	-	-
Emissão de acções	355	-	355
Em 01 de Janeiro de 2024	2,776,000,000	-	2,776,000,000
Reembolso do depósito para acções	-	-	-
Emissão de acções	-	-	-
31 de Dezembro de 2024	2,776,000,000	-	2,776,000,000

	Nº de acções	Total
Em 01 de Janeiro de 2023	2,776,000	2,776,000
Emissão de acções	-	-
Em 01 de Janeiro de 2024	2,776,000	2,776,000
Emissão de acções	-	-
31 de Dezembro de 2024	2,776,000	2,776,000

Durante o exercício, não foram emitidas quaisquer acções ordinárias (2023: Nulo)

25. Reservas legais

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Microbanco deve afectar anualmente, a uma reserva legal, nas seguintes proporções:

- a) 30%, quando as reservas constituídas forem inferiores ao capital realizado;
- b) 15%, quando as reservas constituídas forem iguais ou superiores ao capital realizado

Consequentemente, em 2024, foi transferida uma reserva legal no montante de 196,862,077 de Meticais com base nos lucros realizados em 2023.

	2024	2023
Em 1 de Janeiro	702,934,115	506,072,038
Dotação do exercício	122,655,674	196,862,077
Em 31 de Dezembro	825,589,789	702,934,115

26. Caixa utilizado em operações

	2024	2023
Lucro antes de impostos	1,006,685,376	547,976,609
Ajustamentos:		
Depreciações e amortizações	105,926,949	126,350,597
Perda na alienação de activos não correntes detidos para venda	898,634	1,176,724
Custos financeiros	2,432,543,957	2,758,023,441
Ganhos/(perdas) não realizados nas variações cambiais	3,129,094	1,671,317
Gastos com imparidade de crédito	382,720,404	466,876,630
Variações no capital circulante:		
Aumento de outros activos	(2,800,376)	(35,247,809)
(Aumento) / Diminuição do montante bruto de empréstimos e adiantamentos a clientes	(757,913,154)	353,702,625
(Diminuição) / Aumento de outros passivos	(19,321,084)	220,637,836
Aumento / (Diminuição) do depósito de clientes	109,681,012	(855,265,217)
Caixa utilizado em operações	3,261,550,812	3,585,902,753

27. Variação dos passivos resultantes de actividades de financiamento

Reconciliação dos passivos resultantes de actividades de financiamento - 2024

	Locação Financeira	Empréstimos	Obrigações e papéis comerciais	Empréstimos de accionistas	Total
Saldo inicial	85,424,679	4,252,826,376	4,355,934,828	1,142,929,575	9,837,115,459
Itens de fluxo de caixa:					
Recebimentos	5,881,961	1,925,085,425	755,059,800	-	2,686,027,186
Reembolso de capital	(17,233,526)	(2,178,053,670)	(951,357,600)	-	(3,146,644,796)
Juros / Cupões Pagos	(12,412,768)	(843,663,715)	(892,556,411)	(12,590,950)	(1,761,223,844)
Custos de transação diferidos pagos	-	(13,756,417)	(14,089,938)	-	(27,846,355)
Itens que não são fluxo de caixa					
Movimentos em juros diferidos	12,412,769	826,248,526	878,804,968	7,940,308	1,725,406,571
Movimentos em custos de transação diferidos	-	20,750,831	21,253,929	-	42,004,760
Outros ajustamentos	(15,412,342)	-	-	-	(15,412,342)
Saldo final	58,660,773	3,989,437,356	4,153,049,576	1,138,278,932	9,339,426,638

Reconciliação dos passivos resultantes de actividades de financiamento - 2023

	Locação Financeira	Empréstimos contraídos	Obrigações e papéis comerciais	Empréstimos de accionistas	Total
Saldo inicial	111,227,336	5,061,889,755	2,904,464,148	1,448,220,199	9,525,801,438
Itens de fluxo de caixa a:					
Recebimentos	-	1,835,673,531	1,395,045,100	-	3,230,718,630
Reembolso de capital	(24,316,191)	(2,647,989,693)	-	(458,892,227)	(3,131,198,111)
Juros / Cupão pago	(16,961,026)	(1,049,034,678)	(694,472,671)	-	(1,760,468,376)
Custos de transação diferidos pagos	-	(10,246,691)	(19,356,766)	-	(29,603,457)
Itens que não são fluxo de caixa					
Movimentos em juros diferidos	16,961,026	1,036,000,736	754,078,370	153,601,603	1,960,641,736
Movimentos em custos de transação diferidos	-	26,533,416	16,176,647	-	42,710,064
Outros ajustamentos	(1,486,465)	-	-	-	(1,486,465)
Saldo final	85,424,679	4,252,826,376	4,355,934,828	1,142,929,575	9,837,115,459

28. Caixa e equivalentes de caixa

Segue-se um resumo do total de caixa e equivalentes de caixa, composto da seguinte forma:

		2024	2023
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1,776,860,676	1,639,671,769
Depósitos em outras instituições financeiras	11	2,255,075,649	2,130,046,311
Total de caixa e equivalentes de caixa		4,031,936,325	3,769,718,080

29. Passivos contingentes

Os seguintes compromissos e contingências estavam presentes à data do relatório:

Empréstimos

Os contratos de empréstimos a prazo com credores externos incluem garantias contra a nossa carteira de crédito no montante de 9,628,996,000 de Metical (2023: 6,251,072,221 de Metical) em caso de incumprimento de pagamentos não sanados. Tem havido dificuldades em liquidar as prestações dos empréstimos com as IFDs devido à escassez de moeda estrangeira no mercado e, como tal, houve atrasos na liquidação atempada dos mesmos, no entanto, os credores têm demonstrado compreensão face a esta situação e nenhum declarou eventos de incumprimento. A 31 de Dezembro de 2024, encontravam-se em atraso 113,348,086 de Metical (2023: Nulo), mas este saldo foi reduzido para 55,924,468 de Metical na data de reporte. A Direcção continuará a monitorar a situação e está confiante de que, através de boas relações corporativas com os bancos comerciais locais, os saldos pendentes serão liquidados logo que haja disponibilidade de divisas. A Direcção não espera que ocorram incumprimentos de pagamento não sanados num futuro previsível.

Locações

O Microbanco assumiu vários compromissos de locação para as suas 11 agências, bem como para as operações da sua sede. Estes foram contabilizados de acordo com os requisitos da NIRF 16, conforme divulgado na Nota 21.

Litígios

O Microbanco mantém um total de doze processos judiciais em curso contra a instituição. A expectativa é que esses processos sejam resolvidos durante o ano de 2025. Estes doze processos judiciais abertos separadamente foram instituídos por clientes e antigos funcionários em 2020 a 2023 contra o Microbanco por várias razões. O Microbanco continua a negar vigorosamente que tenha sido culpado e está a defender-se. O aconselhamento jurídico recebido apoia a convicção dos directores de que as reclamações não têm mérito. Espera-se que os processos sejam concluídos durante 2025. No caso de o Microbanco ser considerado responsável, os directores foram informados de que a compensação a pagar é altamente improvável que exceda 7,761,271 de Metical. Os directores observam que, no caso de um julgamento desfavorável, o Microbanco não seria capaz de recuperar a perda de outra parte e, como tal, a administração, numa perspectiva de prudência, levantou uma provisão de perda operacional no valor de 5 milhões de Metical.

Adicionalmente, durante o ano de 2024, o Microbanco iniciou um processo de arbitragem contra quatro municípios de Moçambique, decorrente do incumprimento de obrigações de crédito por parte destas entidades. Estas acções tiveram um progresso significativo durante o período e, de acordo com as previsões institucionais, deverão estar concluídas até ao final de 2025, existindo uma elevada probabilidade de o Microbanco conseguir recuperar os montantes em dívida no valor de 11,258,600 de Metical.

30. Partes relacionadas

Todas as transacções com partes relacionadas realizadas durante o período de reporte foram realizadas em condições normais de mercado, sendo os detalhes adicionais divulgados como segue:

	2024	2023
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd	Bayport Management Ltd
Empresa sob controlo conjunto	Actvest (Proprietary) Limited	Actvest (Proprietary) Limited
Acionista	Whatana Investments, S.A	Whatana Investments, S.A
Conselho de Administração	Grant Kurland Helena Fernandes	Grant Kurland Helena Fernandes
Conselho Fiscal	CW Ducker – renunciou em Janeiro de 2025 Kreston Moçambique - nomeado em Janeiro de 2025	CW Ducker

30.1 Saldos de partes relacionadas

	2024	2023
Montante devido a partes relacionadas		
Bayport Management Ltd (Empréstimo)	1,138,278,933	1,142,929,575
Bayport Management Ltd (Honorários profissionais)	195,153,577	312,308,515
Actvest (Proprietary) Limited (Recuperação de custos)	7,724,894	1,882,485
Actvest (Proprietary) Limited (Honorários profissionais)	210,900,827	365,303,312
Empréstimos e contas a receber - administradores executivos	(1,527,875)	(1,426,485)

O montante a pagar ao accionista são apresentados na nota 23.

30.2 Transacções com partes relacionadas

	2024	2023
Bayport Management Ltd		
Juros pagos	8,630,769	166,958,264
Honorários profissionais pagos	164,692,826	104,594,867
Total	173,323,595	271,553,131
Actvest (Proprietary) Limited		
Honorários profissionais pagos	210,900,827	37,935,791
Whatana Investments, S.A		
Remuneração dos administradores	30,109,006	27,364,460
Remuneração dos Administradores		
Remuneração dos administradores	2,968,249	1,937,925

30.3 Remunerações dos administradores e outro pessoal chave da Gestão

	2024	2023
Benefícios de curto prazo ao pessoal	56,693,616	56,989,613
Benefícios pós-emprego	1,326,967	1,118,364
Total	58,020,583	58,107,977

O Microbanco também contribui para o fundo de pensões do INSS em relação aos benefícios pós-emprego. Não houve outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão ou pagamentos baseados em acções incorridos em 2024 ou 2023.

31. Gestão dos riscos

O Conselho de Administração é responsável pela gestão do risco e pela definição do quadro de gestão do risco. A supervisão da gestão de riscos é da responsabilidade do Comité de Risco e Conformidade (CRC). O CRC monitoria os riscos associados a crédito, reputação, TI, operacional, conduta, conformidade, jurídico, estratégico, financeiro, taxa de juro, moeda estrangeira e liquidez. O CRC é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Microbanco.

31.1 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda resultante do incumprimento de um cliente ou contraparte no cumprimento de uma obrigação para com o Microbanco. Os principais riscos de crédito aos quais o Microbanco está exposto derivam de empréstimos ao retalho. A estratégia do Microbanco não é evitar o risco de crédito, mas sim geri-lo dentro do seu apetite ao risco e obter um retorno ajustado ao risco adequado.

31.1 Risco de crédito (continuação)

Gestão e mensuração de risco de crédito

O Microbanco é responsável pela identificação, medição, gestão, controlo e comunicação do risco de crédito nas suas unidades de negócio. A exposição a perdas de crédito é gerida através da avaliação da capacidade financeira do cliente e da sua capacidade para reembolso de empréstimos e adiantamentos, do perfil de risco do cliente, do seu estatuto profissional e da sua estabilidade. Os prazos dos empréstimos concedidos variam entre 3 e 84 meses. As imparidades são monitorizadas e previstas utilizando técnicas estatísticas, incluindo modelos experimentais e comportamentais. Estes modelos baseiam-se em informações sobre o desempenho financeiro dos clientes durante a sua atividade e partem do princípio de que o desempenho recente é um forte indicador do desempenho futuro. Os modelos são desenvolvidos internamente.

A cobrança das prestações é efectuada através de descontos nos salários ou de cobranças por ordem de débito. O modelo de perdas esperadas é desenvolvido com recurso a técnicas estatísticas baseadas em dados históricos reais. A perda esperada é calculada para cada conta ativa, utilizando estimativas de parâmetros que incluem a probabilidade de incumprimento ("PD"), a exposição em caso de incumprimento ("EAD") e a perda dado o incumprimento ("LGD"), segmentadas de acordo com os estados de incumprimento contratuais (antiguidade, recência e motivo de incumprimento), bem como o prazo remanescente. A segmentação assegura a homogeneidade dos escalões de risco. A LGD é calculada numa base explícita por conta, tendo em consideração o saldo de liquidação, as taxas de desconto e os períodos de desconto.

O Microbanco utilizou a definição de 30 dias de atraso para determinar um aumento significativo do risco de crédito, de acordo com o parágrafo 5.5.11 da NIRF 9.

Uma vez que as cobranças são feitas principalmente através de descontos em folha de pagamento, o Microbanco definiu os activos financeiros com deficiência de crédito como activos que perderam 4 ou mais prestações consecutivas ou quando há informações qualitativas de que o mutuário está em dificuldades financeiras significativas. Assim, refutámos a presunção de 90 dias com base na análise quantitativa histórica das PD e no alinhamento com os processos operacionais de cobrança.

Activo financeiro sujeito a risco

A exposição máxima ao risco de crédito dos activos financeiros no final do exercício é analisada da seguinte forma

31 de Dezembro de 2024	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Investimento noutros activos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade	13,103,496,175	23,039,106	-	13,126,535,281
Vencido mas não em imparidade	3,058,634,010	-	-	3,058,634,010
Em imparidade	442,059,749	-	-	442,059,749
Dedução da imparidade	(1,145,542,221)	-	-	(1,145,542,221)
	15,458,647,713	23,039,106	-	15,481,686,819

31 de Dezembro de 2023	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Investimento noutros activos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade	12,439,076,521	34,348,008	-	12,473,424,529
Vencido mas não em imparidade	3,513,400,863	-	-	3,513,400,863
Em imparidade	425,448,732	-	-	425,448,732
Dedução da imparidade	(1,061,692,716)	-	-	(1,061,692,716)
	15,316,233,400	34,348,008	-	15,350,581,408

Activos financeiros vencidos mas sem imparidade de crédito

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos vencidos não em imparidade é a seguinte

	2024	2023
Vencido até		
1 mês	963,158,386	1,483,750,689
1-2 meses	473,883,132	718,402,975
2-3 meses	401,150,684	409,261,927
3-4 meses	108,341,468	223,621,808
Mais de 4 meses	1,112,100,340	678,363,464
Empréstimos vencidos mas não em imparidade	3,058,634,010	3,513,400,863

31.1 Risco de crédito (continuação)

Avaliação das garantias

Os adiantamentos não são garantidos e as garantias detidas pelo microbanco são irrelevantes. Os empréstimos não garantidos estão, no entanto, cobertos por um seguro de vida contra morte, invalidez permanente e temporária, despedimento e doença grave.

Reconciliação das perdas por imparidade	Estágio 1 Perdas de crédito esperadas a 12 meses perdas	Estágio 2 Perdas de crédito esperadas ao longo da vida	Estágio 3 Activos financeiros com imparidade de crédito	Total
Em 01 de Janeiro de 2023	133,428,252	401,421,099	368,554,118	903,403,469
Originações	19,616,598	26,679,397	6,223,244	52,519,239
Movimentos da carteira existente	(41,262,648)	268,316,622	260,563,882	487,617,856
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal da atividade)	(5,220,416)	(8,170,135)	(13,596,068)	(26,986,619)
Abates - (Write-offs)	-	-	(348,887,149)	(348,887,149)
Investimentos - movimentos contabilísticos existentes	(5,974,081)	-	-	(5,974,081)
Em 01 de Janeiro de 2024	100,587,705	688,246,983	272,858,027	1,061,692,715
Originações	44,748,433	13,936,796	8,017,564	66,702,793
Movimentos contabilísticos existentes	10,611,782	(19,428,302)	308,383,075	299,566,555
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal da atividade)	(7,544,071)	(35,034,904)	(8,160,876)	(50,739,851)
Anulações	-	-	(231,679,991)	(231,679,991)
Em 31 de Dezembro de 2024	148,403,849	647,720,573	349,417,799	1,145,542,221

31.2 Categorias de instrumentos financeiros

	2024	2023
Activos financeiros		
Ao custo amortizado		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,776,860,676	1,639,671,769
Depósitos em outras instituições financeiras	2,255,075,649	2,130,046,311
Empréstimos e adiantamentos aos clientes**	16,604,189,935	15,316,233,401
Outros activos	23,039,502	34,348,007
Ao justo valor através de outro rendimento integral		
Outros activos financeiros	6,960,302	6,960,302
Total de Activos financeiros	20,666,126,064	19,127,259,790
Passivos financeiros		
Ao custo amortizado		
Depósito de clientes	4,295,253,228	4,185,572,216
Outros passivos	1,104,811,801	667,078,218
Locação financeira	58,660,773	85,424,679
Empréstimos *	8,200,117,156	8,680,549,833
Empréstimos dos accionistas	1,333,432,511	1,455,238,104
Total de Passivos financeiros	14,992,275,469	15,073,863,050

* Os fundos emprestados excluem os custos de transação diferidos, que não são instrumentos financeiros.

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem as despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

31.3 Gestão do risco financeiro

As actividades do microbanco expõem-no a uma variedade de riscos financeiros e essas actividades implicam a análise, avaliação, aceitação e gestão de um certo grau de risco ou de uma combinação de riscos. Assumir riscos é fundamental para a atividade financeira e os riscos operacionais são uma consequência inevitável da atividade. O objectivo do Microbanco é, por conseguinte, alcançar um equilíbrio adequado entre risco e retorno e minimizar os potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Microbanco.

31.4 Risco de liquidez

O quadro do verso analisa os activos e passivos em grupos de maturidade relevantes com base no período remanescente na demonstração da posição financeira até à data de maturidade contratual. A soma dos saldos apresentados na análise da maturidade não se reconcilia com a quantia escriturada dos activos/passivos tal como divulgada na demonstração da posição financeira. Isto deve-se ao facto de as quantias divulgadas no quadro serem os fluxos de caixa contratuais não descontados

O encontro e o desencontro controlado das maturidades e taxas de juro dos activos e passivos é fundamental para a gestão da entidade. É raro que as instituições financeiras estejam sempre completamente emparelhadas, uma vez que os negócios transaccionados são frequentemente de termos incertos e de diferentes tipos. Uma posição não compensada aumenta potencialmente a rentabilidade, mas pode também aumentar o risco de perdas.

BAYPORT FINANCIAL SERVICES MOÇAMBIQUE (MCB), SA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, os passivos que vencem juros à medida que se vencem, são factores importantes na avaliação da liquidez da entidade e da sua exposição a alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio.

31 de Dezembro de 2024					
Fluxos de caixa de activos financeiros					
	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,776,860,676	-	-	-	1,776,860,676
Depósitos em outras instituições financeiras	2,255,075,649	-	-	-	2,255,075,649
Empréstimos a adiantamentos a clientes	1,850,335,821	5,436,528,806	21,834,126,130	3,209,848,148	32,330,838,905
Outros activos	23,039,502	-	-	-	23,039,502
Fluxos de caixa de activos financeiros	5,905,311,648	5,436,528,806	21,834,126,130	3,209,848,148	36,385,814,732
Fluxos de caixa de passivos financeiros					
	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Total
Depósito de clientes	938,021,271	1,536,308,195	1,820,923,762	-	4,295,253,228
Outros passivos	1,104,811,801	-	-	-	1,104,811,801
Fundos emprestados	1,667,149,490	3,055,767,293	5,820,473,422	-	10,543,390,204
Empréstimos dos accionistas	232,147,643	1,077,737,500	149,423,071	-	1,459,308,214
Fluxos de caixa de passivos financeiros	3,942,130,205	5,669,812,987	7,790,820,255	-	17,402,763,448
Posição financeira líquida	1,963,181,443	(233,284,182)	14,043,305,875	3,209,848,148	18,983,051,284
31 de Dezembro de 2023					
Fluxos de caixa de activos financeiros					
	0-3 meses	4-12 meses	1-5 1-5 anos	> 5 anos	Total
Caixa e depósitos no Banco Central	1,639,671,769	-	-	-	1,639,671,769
Depósitos em outras instituições financeiras	2,130,046,311	-	-	-	2,130,046,311
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,697,634,624	5,041,186,295	20,749,627,915	3,155,496,034	30,643,944,868
Outros activos	34,348,007	-	-	-	34,348,007
Fluxos de caixa de activos financeiros	5,501,700,711	5,041,186,295	20,749,627,915	3,155,496,034	34,448,010,955
Fluxos de caixa de passivos financeiros					
	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Total
Depósito de clientes	1,029,876,982	1,515,303,214	1,640,392,021	-	4,185,572,217
Outros passivos	667,078,217	-	-	-	667,078,217
Empréstimos	1,311,659,359	3,263,372,222	7,421,273,368	-	11,996,304,949
Empréstimos dos accionistas	349,453,726	1,136,006,612	79,092,123	-	1,564,552,461
Fluxos de caixa de passivos financeiros	3,358,068,284	5,914,682,048	9,140,757,512	-	18,413,507,844
Posição financeira líquida	2,143,632,427	(873,495,753)	11,608,870,403	3,155,496,034	16,034,503,111

31.5 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutuem devido a alterações nas variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções. O risco dos preços das acções não se aplica ao Microbanco.

31.6 Risco de taxa de juro

O objetivo do processo de gestão do risco de taxa de juro da entidade é gerir e controlar a exposição à taxa de juro de forma a otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade.

O risco de taxa de juro é o risco de que os movimentos nas taxas de juro reduzam o rendimento ou o capital da entidade.

Uma parte principal da gestão do risco de taxa de juro da entidade é monitorizar a sensibilidade do rendimento líquido de juros projetado sob cenários de taxas de juro variáveis (modelação de simulação). A entidade tem como objetivo, através da sua gestão do risco de taxa de juro, mitigar o impacto de movimentos prospectivos da taxa de juro que possam reduzir os resultados e o capital futuros.

Análise de sensibilidade - Aumento/diminuição de 10% nas taxas de juro

A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- ☐ As alterações nas taxas de juro do mercado afectam as receitas ou despesas de juros dos instrumentos financeiros variáveis,
- ☐ As alterações nas taxas de juro do mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes forem reconhecidos pelos seus justos valores,
- ☐ As variações da taxa de juro terão um efeito sobre os activos e passivos sensíveis à taxa de juro e, por conseguinte, a modelização da simulação é aplicada aos instrumentos financeiros cotados a taxas de juro variáveis,
- ☐ As projecções partem de outros pressupostos, incluindo o de que todas as posições são executadas até ao vencimento.

O quadro seguinte apresenta o impacto nos resultados correntes e no capital próprio de uma descida ou subida paralela incremental de 10% em todas as curvas de rendimento no início dos exercícios financeiros com início em 01 de Janeiro de 2024 e 01 de Janeiro de 2023.

31 de Dezembro de 2024	Montante	Cenário 1 Efeito após um aumento de 10% nas taxas de juro variáveis	Cenário 2 Efeito após uma redução de 10% nas taxas de juro variáveis
Lucro após impostos	710,961,512	630,285,239	791,637,784
Capital próprio	5,099,901,390	5,019,225,118	5,180,577,663

31 de Dezembro de 2023	Montante	Cenário 1 Efeito após um aumento de 10% nas taxas de juro variáveis	Cenário 2 Efeito após uma redução de 10% nas taxas de juro variáveis
Lucro após impostos	408,852,244	317,037,292	500,667,197
Capital próprio	4,675,136,448	4,583,321,496	4,766,951,401

Assumindo que não há acções da gestão, um aumento diminuiria o lucro do Microbanco após impostos para o ano e o capital próprio em 80.676.273 de Meticais (31 de Dezembro de 2023: 91.814.953 de Meticais), enquanto uma queda aumentaria o lucro após impostos e o capital próprio no mesmo montante.

31.7 Gestão do risco de capital

A estrutura de capital do Microbanco consiste em capital próprio atribuível aos acionistas, incluindo capital declarado e lucros retidos. O Microbanco revisa a estrutura de capital regularmente. O Microbanco não está sujeito a quaisquer requisitos de capital impostos externamente.

A estrutura de capital do Microbanco é composta por dívida, que inclui os empréstimos divulgados nas notas 18 e 22, o valor a pagar aos acionistas divulgado na nota 23, os saldos de caixa e do Microbanco divulgados nas notas 10, 11 e 19 e o capital próprio divulgado na demonstração da posição financeira. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Microbanco pode ajustar o montante de dividendos pagos ao acionista, devolver capital ao acionista, emitir novas acções para reduzir a dívida. Em consonância com outras empresas do sector, o Microbanco monitoriza o capital com base no rácio de alavancagem.

31.8 Risco cambial

O Microbanco tem certos empréstimos em divisas e está exposto ao risco cambial decorrente de várias exposições cambiais. Consequentemente, o Microbanco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas destes activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A posição da moeda do Microbanco é a seguinte:

	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
31 de Dezembro de 2024					
Activos					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,776,860,676	-	-	-	1,776,860,676
Depósitos em outras instituições financeiras	2,254,941,321	134,479	(151)	-	2,255,075,649
Empréstimos e adiantamentos a clientes**	16,604,189,935	-	-	-	16,604,189,935
Outros activos	23,039,502	-	-	-	23,039,502
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-
Total de activos financeiros	20,659,031,434	134,479	(151)	-	20,659,165,762
Passivo					
Depósito de clientes	4,295,253,228	-	-	-	4,295,253,228
Outros passivos	325,179,434	771,414,884	7,724,894	492,589	1,104,811,801
Passivos de locação	58,660,773	-	-	-	58,660,773
Fundos emprestados*	8,200,117,156	-	-	-	8,200,117,156
Montante a pagar ao accionista	1,333,432,511	-	-	-	1,333,432,511
Total dos passivos financeiros	14,212,643,102	771,414,884	7,724,894	492,589	14,992,275,469
Posição financeira líquida	6,446,388,332	(771,280,405)	(7,725,044)	(492,589)	5,666,890,293

* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos, que não são instrumentos financeiros.

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem as despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
31 de Dezembro de 2023					
Total de activos financeiros	19,127,125,331	134,459	-	-	19,127,259,790
Total dos passivos financeiros	14,394,102,197	677,611,841	1,882,485	266,527	15,073,863,050
Posição financeira líquida	4,733,023,134	(677,477,382)	(1,882,485)	(266,527)	4,053,396,740

O objectivo da gestão do risco cambial da entidade é gerir e controlar a exposição cambial de forma a otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade. O risco cambial é o risco de que os movimentos nas taxas de câmbio reduzam o rendimento ou o capital da entidade.

Uma parte principal da gestão do risco cambial da entidade é monitorizar a sensibilidade dos resultados futuros e do capital a taxas de câmbio variáveis. A entidade tem por objetivo, através da sua gestão do risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais que possam reduzir os resultados e o capital futuros.

Análise de sensibilidade apreciação/depreciação do Metical em relação a outras moedas em 10%

A análise de sensibilidade dos riscos cambiais baseia-se nos seguintes pressupostos:

- ☐ As exposições cambiais representam posições cambiais líquidas de todas as moedas que não o Metical,
- ☐ A análise da sensibilidade da moeda baseia-se no pressuposto de que todas as posições líquidas da moeda são altamente eficazes,
- ☐ A moeda base em que são transaccionados os negócios da entidade é o Metical.

A tabela abaixo estabelece o impacto nos resultados correntes de uma queda ou subida paralela incremental de 10% em todas as moedas estrangeiras no início dos anos financeiros a partir de 01 de Janeiro de 2024 e 01 de Janeiro de 2023, respectivamente.

Se não forem tomadas medidas de gestão, uma série destas subidas e descidas terá impacto nos ganhos e no capital futuros, tal como ilustrado no quadro seguinte:

31.8 Risco cambial (continuação)

31 de Dezembro de 2024	Montante	Cenário 1 Efeito após uma valorização de 10% do MZN	Cenário 2 Efeito após uma depreciação de 10% em MZN
Lucro após impostos	710,961,512	710,970,646	710,952,378
Capital próprio	5,099,901,390	5,099,910,525	5,099,892,256

31 de Dezembro de 2023	Montante	Cenário 1 Efeito após uma valorização de 10% do MZN	Cenário 2 Efeito após uma depreciação de 10% em MZN
Lucro após impostos	408,852,244	408,861,377	408,843,112
Capital próprio	4,675,136,448	4,675,145,581	4,675,127,315

Assumindo que não há acções de gestão, uma apreciação do Metical aumentaria o lucro depois de impostos para o ano em 9,134 de Meticais (31 de Dezembro de 2023 em 9.133 de Meticais), aumentaria o capital próprio em 9,134 de Meticais (31 de Dezembro de 2023 em 9,133 de Meticais), e uma depreciação do Metical diminuiria o lucro depois de impostos e o capital próprio pelo mesmo.

32. Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes de falhas nos sistemas, erros humanos, fraudes ou eventos externos. Quando os controlos não funcionam, os riscos operacionais podem causar danos à reputação, ter implicações legais ou regulamentares, ou levar a perdas financeiras. O Microbanco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e monitorizando e respondendo a riscos potenciais, o Microbanco é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem a segregação eficaz de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

33. Mensuração do justo valor

A informação apresentada abaixo fornece informações sobre como o Microbanco determina os justos valores de vários activos financeiros e passivos financeiros.

Segue-se uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial pelo justo valor, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau em que o justo valor é observável:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos. Este nível inclui títulos de capital e instrumentos de dívida cotados em bolsas de valores (por exemplo, a Bolsa de Valores de Moçambique).

Nível 2: Inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o activo ou passivo, quer diretamente (isto é, como preços) quer indiretamente (isto é, derivados de preços).

Nível 3: Inputs para o activo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis). Este nível inclui investimentos em acções e instrumentos de dívida com componentes significativas não observáveis.

Justo valor dos activos e passivos financeiros do Microbanco que são mensurados ao justo valor numa base recorrente.

Salvo indicação em contrário, os Administradores consideram que o valor contabilístico dos outros activos financeiros se aproxima do seu justo valor.

Justo valor de activos financeiros e passivos financeiros que não são mensurados pelo justo valor numa base recorrente (mas são necessárias divulgações do justo valor).

O Microbanco valoriza pelo modelo do valor atual líquido de forma a obter o justo valor das Obrigações do Tesouro em activos financeiros disponíveis para venda. As taxas utilizadas para descontar para o fator de desconto são observáveis no mercado, utilizando as taxas dos Bilhetes do Tesouro, consoante as datas de vencimento.

33. Mensuração do justo valor (continuação)

O justo valor dos instrumentos não cotados, dos empréstimos dos microbancos e de outros passivos financeiros, bem como de outros passivos financeiros, é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando as taxas atualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e os prazos de vencimento remanescentes.

O quadro seguinte apresenta uma análise dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado por nível da hierarquia do justo valor:

	31 de Dezembro de 2024		31 de Dezembro de 2023	
	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes**	16,604,189,935	16,604,189,935	15,316,233,401	15,316,233,401
Justo valor através de outro rendimento integral				
- Títulos de investimento	6,960,302	6,960,302	6,960,302	6,960,302
	16,611,150,237	16,611,150,237	15,323,193,703	15,323,193,703
Passivos financeiros				
Passivos financeiros detidos a custo amortizado				
- Depósito de clientes	4,295,253,228	4,295,253,228	4,185,572,216	4,185,572,216
- Passivos de locação	58,660,773	58,660,773	85,424,676	85,424,676
- Fundos emprestados*	8,200,117,156	8,200,117,156	8,680,549,833	8,680,549,833
- Montante a pagar ao acionista	1,333,432,511	1,333,432,511	1,455,238,104	1,455,238,104
	13,887,463,668	13,887,463,668	14,406,784,829	14,406,784,829

* Os fundos emprestados excluem os custos de transação diferidos, que não são instrumentos financeiros.

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem as despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2024	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	16,604,189,935	16,604,189,935
- Títulos de investimento	-	-	-	-
Justo valor através de outro rendimento integral				
- Títulos de investimento	-	-	6,960,302	6,960,302
Total	-	-	16,611,150,237	16,611,150,237
	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Depósito de clientes	-	-	4,295,253,228	4,295,253,228
- Passivos de locação	-	-	58,660,773	58,660,773
- Fundos emprestados	-	-	8,200,117,156	8,200,117,156
- Montante a pagar ao acionista	-	-	1,333,432,511	1,333,432,511
Total	-	-	13,887,463,668	13,887,463,668

33. Mensuração do justo valor (continuação)

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2023	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	15,316,233,401	15,316,233,401
- Títulos de investimento	-	-	-	-
Justo valor através de outro rendimento integral				
- Títulos de investimento	-	-	6,960,302	6,960,302
Total	-	-	15,323,193,703	15,323,193,703
	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Depósito de clientes	-	-	4,185,572,216	4,185,572,216
- Passivos de locação	-	-	85,424,676	85,424,676
- Fundos emprestados	-	-	8,680,549,833	8,680,549,833
- Montante a pagar ao acionista	-	-	1,455,238,104	1,455,238,104
Total	-	-	14,406,784,829	14,406,784,829

34. Gestão do capital

O Microbanco mantém uma base de capital ativamente gerida para cobrir os riscos inerentes à atividade. A adequação do capital do Microbanco é monitorizada utilizando, entre outras medidas, as regras e rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os objectivos primordiais da gestão de capital são assegurar que o Microbanco:

- ☐ cumpre os requisitos de capital impostos externamente pelo Banco de Moçambique;
- ☐ mantém fortes notações de crédito e rácios de capital saudáveis para apoiar a sua atividade; e
- ☐ tem capacidade para se manter em funcionamento, de modo a poder continuar a proporcionar rendimentos e a maximizar o valor dos acionistas.

O Microbanco está a cumprir com o quadro regulamentar do Banco de Moçambique e está sujeito a uma monitorização diária contínua da posição cambial e numa base mensal no que diz respeito ao Rácio de Adequação de Capital, Rácio de Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige que cada Microbanco detenha o nível mínimo de capital regulamentar de 8% dos activos ponderados pelo risco. Por este facto, o Microbanco não poderá aumentar o património de activos, de acordo com o Aviso 6/GBM/2007 e a capacidade de continuar como uma empresa em funcionamento pode ser acionada.

O quadro seguinte resume o cálculo do rácio de adequação dos fundos próprios do Microbanco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, de acordo com os requisitos do Banco de Moçambique:

34. Gestão do capital (continuação)

	2024	2023
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social realizado	2,776,000,000	2,776,000,000
Reserva legal	825,589,789	702,934,115
Reservas elegíveis e resultados transitados	787,350,089	787,350,089
Reservas de reavaliação negativas	-	-
Activos intangíveis	(253,069,466)	(311,943,155)
Gap da provisão de imparidade	(713,542,082)	(443,734,757)
Fundos próprios de base (Tier I)	3,422,328,330	3,510,606,292
Fundos próprios complementares (Tier II)		
Outros	1,708,131	1,706,135
Fundos próprios complementares (Tier II)	1,708,131	1,706,135
Capital elegível (Tier I e Tier II)	3,424,036,461	3,512,312,427
Activos Ponderados pelo Risco (APR)		
Risco de crédito	13,665,046,129	13,649,081,018
Na posição expatrimonial	-	-
Risco operacional e de mercado	380,100,259	362,087,126
	14,045,146,388	14,011,168,144
Rácios de adequação de Capital		
Fundos próprios de base (Tier 1 Capital)	24.37%	25.06%
Capital de Nível II (Core Tier 2 Capital)	0.01%	0.01%
Rácio de solvabilidade	24.38%	25.07%
Rácio de solvabilidade (mínimo exigido)	8.00%	8.00%

35. Eventos após o período de relato

Os administradores têm conhecimento dos seguintes factos ocorridos após a data de referência e até à data do presente relatório.

O Comité de Política Monetária (CPMO) reviu as Reservas Obrigatórias, reduzindo-as de 39,0% para 29,0% em moeda nacional e de 39,50% para 29,50% em moeda estrangeira, o que libertou um montante estimado de 400 milhões de Meticais para a liquidez do Bayport a partir da data efectiva da alteração.